



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V- MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NAYANNA SABIÁ DE MOURA

**CICLO DO REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL DA
UNASUL: uma análise sobre o bloqueio do espaço aéreo
europeu ao avião presidencial de Evo Morales em julho de 2013**

**JOÃO PESSOA – PB
2013.2**

NAYANNA SABIÁ DE MOURA

**CICLO DO REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL DA
UNASUL: uma análise sobre o bloqueio do espaço aéreo
europeu ao avião presidencial de Evo Morales em julho de 2013**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite.

JOÃO PESSOA – PB
2013.2

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M929c Nayanna Sabiá de Moura

Ciclo do regionalismo pós-neoliberal da Unasul [manuscrito] : uma análise sobre o bloqueio do espaço aéreo europeu ao avião presidencial de Evo Morales em julho de 2013 / Nayanna Sabia de Moura. - 2014.

59 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dr. Alexandre Cesar Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1. Impasse diplomático. 2. América Latina. 3. UNASUL. I.
Título.

21. ed. CDD 327.2

NAYANNA SABIA DE MOURA

CICLO DO REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL DA UNASUL:
**uma análise sobre o bloqueio do espaço aéreo europeu ao avião
presidencial de Evo Morales em julho de 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovada em 26/02/2014.



Professor(a) Alexandre César Cunha Leite / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Aline Regina Alves Martins / UEPB
Examinador(a)



Professor(a) Gills Lopes Macedo Souza / UFPB
Examinador(a)

*Dedico este trabalho a todos aqueles que
lutaram e que ainda lutam para costurar as
veias abertas de nossa América Latina*

AGRADECIMENTOS

À minha família, Luiz, Joana, Mayra, Renan e Régis, minha primeira escola, pelos valores, apoio e incentivo.

Ao meu pai, por sempre acreditar no meu potencial.

À minha mãe (*in memoriam*), por ter me protegido durante esses anos, longe de casa.

À minha irmã, Mayra, minha melhor amiga, conselheira e confidente.

À Maylle, que se transformou no meu porto-seguro paraibano.

Ao corpo docente da UEPB, por ampliar meus conhecimentos e meus horizontes. Um especial agradecimento aos professores Alexandre Cesar Cunha Leite, Ana Paula Maielo, Cristina Carvalho Pacheco, Elias David Morales Martinez, Eliete de Queiroz Gurjão, Gabriela Gonçalves, Giuliana Dias Vieira, Heleno Rotta, João Ricardo Pessoa, Paulo Kuhlmann e Silvia Garcia Nogueira.

À Kaline, carinhosamente chamada de reitora, por sempre ter uma palavra de encorajamento, ao me ajudar com todos os problemas burocráticos da instituição.

Ao meu orientador, Alexandre Cesar Cunha Leite, pela paciência, cuidado e atenção em todas as correções, sugestões e contribuições feitas para a realização deste trabalho.

Ao MUNDI, que me ensinou a importância do trabalho em equipe e a arte da diplomacia.

À Mariana Davi, minha amiga, companheira e co-orientadora.

Aos meus amigos, Arthur, Bia, Carol, Dani, Daniel, Elze, Geórgia, Ítalo, Laís, Luciane, Maria Alice, Marina, Natália, Pedro, Pietro, Thamirys e Uane que me acolheram como irmã e minimizaram a minha saudade do Ceará.

A todos aqueles que torceram e contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação pessoal e acadêmica.

Caliban - não é a paz que me interessa, você sabe muito bem! É ser livre. Livre, está me ouvindo! (...) Próspero, você é um grande ilusionista, a mentira, isso você conhece. E de tal modo você mentiu para mim, mentiu sobre o mundo, mentiu sobre mim, que acabou por me impor uma imagem de mim mesmo: um subdesenvolvido, como você diz, um incapaz, eis como você me obrigou a me ver, e essa imagem eu a odeio. E ela é falsa! Mas agora, eu o conheço, velho câncer, e eu me conheço também. Aimé Césaire

RESUMO

Este trabalho aborda o impasse diplomático causado pelo bloqueio do espaço aéreo europeu, praticado por Espanha, França, Itália e Portugal, ao avião presidencial de Evo Morales, em julho de 2013, a pedido de Washington. A discussão está inserida em um contexto de denúncias de espionagem, cometida pelo governo estadunidense, e de perseguição ao delator Edward Snowden, ex agente da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), acusado de traição à pátria e de ajuda ao inimigo. A pesquisa explanatória foi desenvolvida qualitativamente, com base documental e com análise bibliográfica. Os países da América Latina condenaram a intervenção contra Evo Morales, em um comportamento de autonomia, através da rápida articulação via União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma instituição fora do escopo político dos EUA, ao passo que os países europeus envolvidos no incidente, integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não atuaram de maneira independente, valorizando a histórica relação de apoio político aos EUA, ao acatar as conjecturas estabelecidas pela Casa Branca. Esse incidente foi sintomático e contribuiu para a reflexão sobre o ganho de autonomia da América Latina, fortalecendo a discussão sobre as alternativas de integração regional, em confluência com as premissas do regionalismo pós-neoliberal e com a emergência de forças políticas e sociais progressistas que almejam a revalorização do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Espionagem. América Latina. UNASUL. Regionalismo pós-neoliberal.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM	Armas de Destruição em Massa
Aladi	Associação Latino Americana de Integração
Alba	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
Alca	Área de Livre Comércio das Américas
CAN	Comunidade Andina
Casa	Comunidade Sul-Americana de Nações
Celac	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CIA	Agência Central de Inteligência
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
KGB	Comitê de Segurança do Estado
MAS	Movimento ao Socialismo
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Mossad	Instituto para Inteligência e Operações Especiais
NSA	Agência de Segurança Nacional
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial de Comércio
Otan	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SIS	Serviço Secreto de Inteligência
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TCP	Tratados de Comércio entre os Povos
TSP	Teorias de Solução de Problemas
Unasul	União de Nações Sul-americanas
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 AMÉRICA LATINA: A EMERGÊNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E O REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL.....	12
2 A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DA UNASUL.....	19
3 A ESPIONAGEM ESTADUNIDENSE E O CASO SNOWDEN.....	22
4 O BLOQUEIO DO ESPAÇO AÉREO EUROPEU AO AVIÃO DE EVO MORALES E A REAÇÃO DA UNASUL.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
RESUMEN.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXO 1.....	56
ANEXO 2	57
ANEXO 3	58

INTRODUÇÃO

O bloqueio do espaço aéreo europeu por parte de Espanha, França, Itália e Portugal ao avião presidencial de Evo Morales, em 3 de julho de 2013, representou um impasse diplomático entre a Europa, os Estados Unidos da América (EUA) e a América Latina. Evo Morales cumpria compromissos da sua agenda¹ de política externa, em Moscou, na Rússia. Ele participou da II Cúpula de Países Produtores de Gás², durante os dias 1º e 2 de julho de 2013. O plano de voo de seu retorno à La Paz, na Bolívia, foi alterado³, em função do fechamento do espaço aéreo dos supracitados países europeus, a pedido de Washington.

O caso não representou apenas um constrangimento a um chefe de Estado democraticamente eleito. A contenda está contextualizada em um debate sobre segurança internacional, visto que a justificativa dos países embargantes foi sustentada pelo argumento de que Evo Morales estaria levando a bordo Edward Snowden, um ex-agente, contratado da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency, CIA*), acusado de traição à pátria, por isso solicitante de asilo político e refugiado no aeroporto de Moscou. Snowden comprometeu a comunidade de inteligência estadunidense e constrangeu o governo dos EUA, ao revelar à comunidade internacional que a CIA espionava chefes de Estado e de governo e monitorava ligações telefônicas e redes virtuais de usuários, dentro e fora dos EUA, por meio do PRISM⁴, um programa de vigilância eletrônica, monitorado pela Agência de Segurança Nacional (*National Security Agency, NSA*) estadunidense.

Os países latino-americanos consideraram o bloqueio europeu como uma manipulação do governo estadunidense contra a Bolívia e, por consequência, contra a unidade latino-americana. A pedido de Rafael Correa, presidente do Equador, os países integrantes da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) articularam uma reunião extraordinária⁵, na noite

¹ Comunicado oficial do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, emitido no dia 1º de julho de 2013, sobre a participação de Evo Morales na reunião na Rússia. Ver: BOLÍVIA-MRE, 2013a.

² *Gas Exporting Countries Forum* (GECF), em inglês, é uma organização internacional formada por Argélia, Bolívia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Guiné Equatorial, Irã, Líbia, Nigéria, Omã, Qatar, Rússia, Trinidad e Tobago e Venezuela. Cazaquistão, Holanda, Iraque e Noruega são observadores.

³ Comunicado oficial do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia, emitido no dia 2 de julho de 2013, sobre o cancelamento do plano de voo de Evo Morales. BOLÍVIA-MRE, 2013b.

⁴ PRISM significa, em português, PRISMA. Foi assim batizado, segundo o jornal *The Washington Post*, em alusão aos prismas utilizados para dividir a luz. Em analogia, o prisma é utilizado para selecionar a informação desejada, ao ser transportada pelos cabos de fibra óptica. Segundo o mesmo jornal, esse programa, que permite operação fora dos EUA, custa 20 milhões de dólares por ano. Alguns documentos que o descrevem foram publicados pela primeira vez pelo *The Washington Post*, no dia 6 de junho de 2013. Ver: THE WASHINGTON POST, 2013.

⁵ Sete dos doze países integrantes da Unasul tiveram representação diplomática presidencial, demonstrando a relevância política que o caso adquiriu para a região. Estavam presentes os presidentes Cristina Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador), Ollanta Humala (Peru), Dési Bouterse (Suriname),

do dia 4 de julho de 2013, e posicionaram-se politicamente, em conjunto, para a formulação da Declaração de Cochabamba, que solicitava formalmente um pedido de desculpas dos governos dos países europeus, envolvidos no incidente. Portanto, o recorte temporal adotado, no artigo ora apresentado, será o período compreendido entre maio de 2013, quando Snowden foge dos EUA, antes de revelar as informações sobre a espionagem estadunidense, até julho de 2013, quando houve a reunião extraordinária da Unasul e a retratação dos países europeus.

Para compreender o processo de ganho de autonomia da região, serão aprofundadas as premissas do paradigma pós-neoliberal, que estão sendo construídas como uma alternativa de integração regional contra-hegemônica e anti-imperialista. Fundamenta-se a partir da valorização da unidade latino-americana, pautada em uma reorientação política, com a emergência de governos progressistas. Essa perspectiva, expressa na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) e na Unasul, está fundamentando projetos latino-americanistas, articulados fora do escopo geopolítico estadunidense, o que tem garantido liberdade para uma revisão crítica do modelo de integração neoliberal.

A escolha deste estudo de caso foi motivada pela relevância de um escândalo de espionagem, envolvendo a conduta de política externa dos EUA, desenhada em uma discussão sobre direito à privacidade e sobre o direito de acesso à informação. As informações adquiridas por Edward Snowden são relevantes para a Estratégia de Defesa Nacional dos EUA. O risco de que esse conteúdo chegue às mãos de inimigos e de grupos terroristas fez com que essa conjuntura se transformasse em um problema de Segurança Internacional. O caso também proporciona uma exposição clara da influência dos EUA na tomada de decisão de alguns países europeus.

Além disso, representa um ganho de autonomia da América Latina, a partir de premissas do regionalismo pós-neoliberal. A América Latina é concebida internacionalmente como uma região com grande potencial de transformação política, de ganho de autonomia frente às históricas relações de dependência externa, resultantes do colonialismo. Portanto, o objetivo é demonstrar como esse incidente diplomático pode contribuir para o debate sobre o regionalismo pós-neoliberal como referencial teórico alternativo e contra-hegemônico.

A metodologia é fundamentada em um estilo qualitativo, em que pese a análise explanatória e bibliográfica. É utilizada uma literatura específica da área de Relações Internacionais e da subárea de Processos de Integração Regional. Também são utilizadas como fontes oficiais declarações oficiais dos governos envolvidos no caso e declarações da

Unasul. Como fonte primária, são utilizadas as informações publicadas nos perfis pessoais do *Twitter* dos chefes de Estado latino-americanos. Além disso, fontes secundárias, vinculadas ao terceiro setor, à mídia, à academia, à Unasul e aos governos dos países envolvidos no caso, também são utilizadas.

O artigo está seccionado em quatro partes. A primeira seção busca analisar sobre a emergência de governos progressistas e a propensão à integração regional por meio do paradigma pós-neoliberal. A segunda seção aborda a importância política da Unasul para a integração regional da América Latina. A terceira seção contextualiza os eventos que antecederam o impasse diplomático do bloqueio aéreo, envolvendo a espionagem estadunidense e o caso Snowden, levando-se em consideração a importância da informação para as relações de poder nos termos gramscianos de hegemonia. A quarta e última seção explora o caso sobre o impedimento sofrido pelo avião presidencial boliviano de sobrevoar o espaço aéreo europeu de Espanha, França, Itália e Portugal e a reação dos países da América do Sul, via Unasul, resultando na elaboração da Declaração de Cochabamba. Ao final das seções, são feitas algumas considerações finais, com o objetivo não de encerrar as discussões, mas de incitá-las, a partir de um olhar alternativo sobre os novos arranjos políticos da América Latina, neste início de século.

1 AMÉRICA LATINA: A EMERGÊNCIA DE GOVERNOS PROGRESSISTAS E O REGIONALISMO PÓS-NEOLIBERAL

Neste tópico, será abordado o contexto latino americano, envolto entre o global e o regional, enfatizando a emergência de governos progressistas, que buscam fortalecer o âmbito regional através de alternativas políticas, o que inclui os processos de integração regional. Por isso, cabe refletir sobre a globalização e seus impactos na sociedade. Os arranjos globalizantes⁶ produzem desigualdades e projetam-se paralelamente às forças políticas locais. A globalização articula as redes de interdependência, de maneira tal que convirja à homogeneização. Em reação, os grupos políticos locais sentem-se ameaçados e articulam-se defensivamente, na busca do fortalecimento, frente aos grupos dominantes. Dessa forma, no final do século XX, ressurgem um nacionalismo e outras formas de particularismo como uma força anti-hegemônica (HALL, 2006, p. 80-97).

⁶ O modelo de inserção internacional da periferia foi pautado na globalização, como premissa da prioridade do espaço global sobre o regional. Esse contexto globalizante limitou a consecução do projeto cepalino de integração regional para a América Latina.

No início do século XXI, na América Latina, um novo quadro político começou a ser construído a partir da emergência de governos progressistas. A deterioração social e econômica, causada pela adesão acrítica da América Latina às políticas neoliberais, contribuiu para que novas lideranças assumissem o compromisso de promover alternativas que permitissem reparar os danos causados pelas políticas globalizantes de privatização e de liberalização dos mercados. Em outras palavras, essas lideranças populares ou neopopulistas se comprometeram a reduzir a pobreza e a exclusão, a partir da valorização do local, em detrimento do global (DUPAS; OLIVEIRA, 2008, p. 235-236). Cabe, portanto, recuperar o caminho que proporcionou essa revisão crítica dos países latino-americanos.

O neoliberalismo⁷ nasceu depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos EUA, em reação ao Estado intervencionista e de bem-estar. O objetivo era romper com o poder dos sindicatos e diminuir gastos sociais. Em 1979, com o governo britânico de Thatcher, houve um real empenho em colocar em prática o programa neoliberal, que rapidamente disseminou-se pelo norte da Europa ocidental. O neoliberalismo econômico tornou-se uma tendência no final da década de 1980 e no início da década de 1990, principalmente pelo movimento de privatizações de empresas estatais, porém passou a alcançar não apenas aspectos econômicos, mas ideológicos e político. Desenvolvido em um processo de universalização, configurou-se como uma tentativa de reafirmação hegemônica dos EUA, após a Guerra Fria, procurando manter a América Latina dentro da zona de influência dos EUA, mesmo que essa relação não implicasse no interesse regional (ALTEMANI, 2005, p. 8-9). Na América Latina, o Chile foi o primeiro a adotar o ciclo neoliberal, com a ditadura de Pinochet. A região passou a adotá-lo paulatinamente, com presidência de Carlos Salinas, em 1988, no México; de Carlos Menem⁸, em 1989, na Argentina; de Carlos Andrés Perez, em 1989, na Venezuela; e de Alberto Fujimori, em 1990, no Peru. México, Argentina e Peru apresentaram êxito inicial, ao passo que a Venezuela⁹ fracassou mais rapidamente (ANDERSON, 1995, p. 9-23).

O processo de integração latino-americano foi impulsionado, no começo dos anos 1980, pela inserção econômica internacional, através do neoliberalismo. Esse paradigma,

⁷ Na década de 1990, o capitalismo neoliberal estadunidense apontava sinais de vigor. Porém, os efeitos da internacionalização desse modelo econômico produziram a redução de renda em várias partes do mundo. A renda da classe média era estagnada na década de 1970 e 1980, mas caiu durante a década de 1990. Esses efeitos manifestaram-se de maneira distinta nas classes alta, média e baixa. As famílias ricas aumentaram a renda média anual, ao passo que a renda média das classes menos favorecidas foi reduzida⁷ (CASTELLS, 1999, p. 156-164).

⁸ O governo de Carlos Menem, na Argentina, é considerado por Zakaria (1997) como uma democracia iliberal

⁹ Único país da região a escapar das ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 1950.

denominado de regionalismo aberto, foi caracterizado pela liberalização multilateral de mercados¹⁰ intrarregionais e inter-regionais.

Complementar ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT)¹¹, à Organização Mundial de Comércio (OMC) e ao Consenso de Washington, o regionalismo neoliberal tinha como principal promessa o desenvolvimento da América Latina. Contudo, com as crises econômicas na região, a crença nesse modelo diminuiu. Caracterizado como um projeto estadunidense, o regionalismo aberto culminou na ampliação da dependência econômica dos países latino-americanos. A abertura dos mercados, proposta pelo Mercosul, pela Comunidade Andina (CAN) e pelo projeto¹² da Área de Livre Comércio das Américas (Alca),¹³ gerou crises econômicas e maiores assimetrias sociais, o que fez com que esse ciclo de regionalismo fosse criticado (HERZ, 2004, p.175).

Em função de um passado colonialista de exploração, o pensamento social e político latino-americano esteve engendrado no questionamento sobre dependência externa e distribuição desigual de riquezas. A implementação do modelo neoliberal na América Latina ampliou as desigualdades sociais internas¹⁴. Entre 1987 e 1998, a porcentagem da população que sobrevivia com menos de 1 dólar por dia aumentou de 22% para 23,5%¹⁵. Essa conjuntura contribuiu para a automática associação do neoliberalismo¹⁶ ao subdesenvolvimento latino-americano (AYERBE, 2002, p. 9-16).

As crises financeiras no final da década de 1990¹⁷, somadas às assimetrias sociais, contribuíram para o surgimento de governos progressistas, que redimensionaram a postura da América Latina frente a alguns tópicos da agenda (SIMONETTI, 2010, p. 221- 232). Os efeitos sociais do neoliberalismo contribuíram para a emergência de movimentos sociais inclusivos e de forças políticas voltadas para a redução de assimetrias sociais. A ascensão de

¹⁰ Tipos de integração econômica: área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum e união monetária (HERZ, 2004, p. 170).

¹¹ Sigla em inglês: *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

¹² Projeto foi lançado em 1994, mas não se concretizou.

¹³ Projeto rejeitado durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, durante a *Cumbre de las Américas*, em Mar del Plata, na Argentina, em 2005.

¹⁴ A instabilidade, causada por crises e por recessões financeiras, produzem efeitos sociais diretos, que se relacionam com o desemprego. Os efeitos da globalização da economia mundial podem, então, sofrer restrições (NYE, 2009, p.250).

¹⁵ Essa porcentagem representa em números populacionais um salto de 91 para 110 milhões de pessoas (AYERBE, 2002, p. 12).

¹⁶ Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo não revitalizou o capitalismo. No aspecto social, o modelo logrou êxito, pois conseguiu atingir um de seus objetivos: reduzir gastos sociais e, em consequência, criar desigualdades. Do ponto de vista ideológico, atingiu louros jamais imaginados pelos seus fundadores, transformando-se em um fenômeno hegemônico (ANDERSON, 1995, p. 9-23).

¹⁷ A crise econômica da Argentina é um dos mais marcantes exemplos. A insatisfação popular gerou protestos conhecidos como *panelaços*, que culminaram na renúncia do então presidente Fernando de la Rúa.

Hugo Chávez e de Evo Morales às presidências da Venezuela e da Bolívia, respectivamente, são uma demonstração dessa reação política (AYERBE, 2002, p. 9-16).

Na América Latina, ao longo do século XX, emergiram comportamentos de oposição ao processo globalizante, a partir da tomada de consciência sobre a própria condição histórica regional. As políticas neoliberais ampliaram as contradições e provocaram uma nova percepção sobre as redes de poder no sistema internacional, contribuindo para a construção de uma vontade política de rompimento com as relações de dominação¹⁸ e de subserviência (SIMONETTI, 2010, p. 221- 232).

No começo do século XXI, a América Latina iniciou um processo de reconfiguração de seu cenário político. Os países latino-americanos buscaram recuperar o potencial de desenvolvimento da região, através do redescobrimento do espaço regional como um meio para a discussão e para a ação coletiva. Apesar de heterogêneos, os projetos para a América Latina tinham algo em comum: a crítica ao modelo neoliberal¹⁹. Hugo Chávez (1998) e Nicolas Maduro (2013), na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva (2003) e Dilma Rousseff (2011), no Brasil, Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007), na Argentina, Tabaré Vasquez (2004) e José Mujica (2010), no Uruguai, Evo Morales (2004), na Bolívia, Michelle Bachelet (2006-2010) (2014), no Chile, Rafael Correa (2007), no Equador, Daniel Ortega (2007), na Nicarágua, e Ollanta Humala (2011), no Peru, apresentaram-se como as novas lideranças políticas, o que modificou o perfil dos atores internos envolvidos no processo decisório de política exterior (RIGGIROZZI, 2012, p. 131-133).

Esse reposicionamento político foi adotado como uma tentativa de romper com as imposições políticas e econômicas das potenciais à região, na busca de uma postura mais ativa e autônoma da América Latina no cenário internacional. Esse olhar crítico fundamentou discussões sobre novas alternativas de integração regional, denominadas por Serbin (2012) de processos pós-hegemônicos, pós-comerciais e pós-neoliberais. Portanto, o rechaço latino-americano ao projeto da Alca e a aposta em novos processos de integração regional foram fortalecidos em função da convergência ideológica com os países vizinhos (PEDROSO, 2013, p. 333).

Os EUA possuem relação histórica com a América Latina e ainda exercem grande influência na região, em especial através de acordos bilaterais e de instituições internacionais,

¹⁹ Nos países onde as crises financeiras associadas ao Consenso de Washington foram mais severas, refletindo na maior assimetria social, houve uma ampliação de espaços políticos para os movimentos sociais e para os projetos progressistas. Contudo, é importante destacar que o neoliberalismo não foi mitigado, ele corre em paralelo. Cargos políticos importantes ainda foram mantidos por políticos neoliberais, apoiados pelas elites locais, o que limita a articulação do novo projeto progressista.

a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Contudo, alguns acontecimentos exógenos modificaram as prioridades da agenda de política externa dos EUA. Depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo dos EUA passou a dedicar especial atenção às pautas de segurança. Foram adotadas medidas preventivas, com o aumento da vigilância e com as políticas contra terroristas, expressas, no âmbito doméstico, por exemplo, no Ato Patriótico. As questões de segurança internacional contribuíram para que a Política Externa estadunidense se dedicasse proeminentemente ao Oriente Médio, especialmente em função da ocupação militar no Iraque e no Afeganistão. O aumento de gastos militares, além da crise financeira, iniciada em 2008, oriunda do setor imobiliário dos EUA, e com desdobramentos na crise na zona do euro, gerou mudanças nas dinâmicas multilaterais, não apenas o cenário político dos EUA, mas implicou em consequências regionais para a América Latina (SERBIN, 2012, p.9-16).

A América Latina despreendeu-se do eixo prioritário dos EUA, o que garantiu maior autonomia e sinais de independência com relação às potências, diversificando parcerias e fortalecendo instituições regionais. Dessa forma, a multipolaridade na região começou a se consolidar, em detrimento da unipolaridade e da hegemonia dos EUA, em uma perspectiva anti-imperialista. Os governos progressistas do Brasil, com seu desenvolvimento econômico, e da Venezuela, com sua estratégia militar, fortaleceram suas atuações como as principais lideranças da América Latina. São países heterogêneos, com objetivos diferenciados (SERBIN, 2009, p 4-8).

Em países latino-americanos, a Política Externa não costuma ser tema de campanhas eleitorais. Mesmo quando alguns tópicos da agenda diplomática são debatidos em períodos eleitorais, não são caracterizados como elementos determinantes de voto. Essa baixa relevância no âmbito doméstico é atribuída ao comportamento pacífico do Legislativo em temáticas de Política Externa (ONUKI; OLIVEIRA, 2006, p. 145-155). Dessa forma, com o déficit de representatividade em favor do Executivo, a eleição de líderes progressistas tem sido essencial para a transformação política do contexto regional latino-americano.

Os impactos causados pelas políticas neoliberais demandaram posicionamentos internacionais mais autônomos²⁰. A população doméstica passou a eleger propostas progressistas e novas lideranças surgiram. A consequência para evitar a perda de apoio interno foi a modificação de algumas práticas de Política Externa, o que facilitou o processo

²⁰ Dessa forma, a agenda regional, anteriormente vinculada a temáticas prioritariamente neoliberais, apoiadas pelas elites locais conservadoras, se modificou, dando início a um novo capítulo da integração regional.

de integração, diante da aproximação ideológica²¹ dos líderes regionais (DUPAS; OLIVEIRA, 2008, p. 238-240).

Foi a partir desse cenário de convergência ideológica que os países da América do Sul passaram a articular melhor suas agendas de Política Externa. Essa transformação repercutiu nos processos de integração regional que passaram a valorizar o crescimento econômico como um elemento capaz de reduzir os elevados índices de desigualdade social, herdados das políticas neoliberais. Vale ressaltar essa emergência não rompeu com as diretrizes do neoliberalismo, mas apontou para novas alternativas, em graus diferenciados. Brasil, Argentina e Chile não se apartaram do neoliberalismo na mesma proporção que Venezuela, Bolívia e Equador²² o fizeram. São projetos diferenciados, porém aderiram, em certo aspecto, a preceitos do neodesenvolvimentismo e do neopopulismo.

Segundo Gil (2008, p. 62), a política interna de um país não determina necessariamente o seu posicionamento externo, porém o interno e o externo podem se influenciar mutuamente. Dito isto, cabe inferir que a eleição de Evo Morales Ayma para presidência da Bolívia, em 2006, foi bastante sintomática. Com a construção da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP)²³, a Bolívia redefiniu sua Política Externa e aderiu às perspectivas bolivarianas de soberania, solidariedade e integração com aspectos de alinhamento ao governo da Venezuela e de Cuba. Por ter sido o primeiro indígena a ser eleito presidente da Bolívia, Evo Morales Ayma, do partido *Movimiento al Socialismo* (MAS), endossou a pauta indigenista, que foi positivada com a Constituição²⁴ de 2009, ampliando o direito dos povos indígenas. No âmbito da formulação da Política Externa, Evo Morales reconfigurou o corpo político, através da valorização multicultural e indigenista. A Bolívia, que historicamente foi governada por grupos conservadores que se alternavam no poder, possuía um corpo diplomático de origem branca, oriundo de setores elitistas, cuja influência estadunidense era identificada pela redação de documentos diplomáticos em inglês. Morales reconfigurou o aparelho diplomático, com a nomeação de David Choquehuanca, de origem *aymara*, para ministro das Relações Exteriores. A gestão ministerial também incluiu outros representantes indigenistas e

²¹ Essa aproximação não significa ausência de tensões políticas.

²² Os olhares dos países de centro demonstraram maior preocupação com as políticas domésticas e com o comportamento internacional desses países andinos, principalmente porque são eles os maiores detentores de recursos energéticos, a exemplo do petróleo e do gás.

²³ Alba-TCP é um acordo celebrado entre Bolívia, Cuba e Venezuela para estabelecer um processo de integração regional alternativo, incluindo regras de comércio. Ver: ALBA-TCP, 2006.

²⁴ Os direitos dos povos indígenas estão dispostos no Capítulo 4, Artigos 30 e 190. Ver: BOLÍVIA, 2009.

campesinos. Dessa forma, essas novas lideranças contribuíram para que a Bolívia começasse a construir uma nova etapa política (GIL, 2008, p. 60-63).

Assim como outros países da América Latina, a Bolívia sentiu os impactos causados pelas políticas neoliberais (1985-2005), o que gerou descontentamento popular, principalmente no tocante aos recursos energéticos. No caso boliviano, algumas crises ganharam destaque, a saber: a política de erradicação da coca²⁵ e a guerra da água (2000)²⁶, durante o governo de Hugo Banzár (1997); e as revoltas populares contra a construção do gasoduto para o Chile, com o objetivo de exportar o gás natural para os EUA, durante o governo de Sánchez de Lozada (2002).

Segundo Chaves (2010), é importante destacar que essas crises políticas bolivianas receberam atenção regional. Com a criação da Unasul, em 2008, a Bolívia foi tema da primeira gestão de crise da região no âmbito institucional. Apesar das hesitações de Morales em ceder parte de sua soberania, diante de uma instituição baseada na integração, a crise com relação às disputas²⁷ pelo gás natural chegou a um ponto crítico e foi levada à Unasul, em uma reunião de emergência no dia 15 de setembro de 2006, em Santiago, no Chile. Essa participação institucional na mediação de crises a favor do governo de Evo Morales é reflexo da confiabilidade e da credibilidade que foram geradas em seu comportamento nos foros regionais (CHAVES, 2010, p. 123, 161-164).

Dessa forma, as articulações da Unasul iniciaram um novo ciclo da integração regional, pautado no pós-neoliberalismo. As estratégias regionais, fundamentadas na proximidade geográfica, histórica, social, político e cultural, passaram a representar os reais interesses dos Estados, em defesa dos interesses nacionais²⁸ (SANAHUJA, 2008, p. 11- 53).

²⁵ Os camponeses cultivadores de coca protestaram contra a medida de erradicação do cultivo da coca, uma vez que o consumo de coca é vinculado às tradições culturais indígenas. Os chás e a mastigação da folha de coca aliviam os efeitos da altitude, de tal forma que contribui para a adaptação a altitude boliviana que atinge 3 mil metros. O uso tradicional da coca não poderia então ser confundido com a utilização da folha de coca, geralmente oriunda de plantações ilegais, como matéria prima para drogas, em especial a cocaína.

²⁶ Revoltas populares contra a privatização de água, em Cochabamba, no ano 2000, geraram crises políticas. Foi declarado estado de sítio pelo presidente Hugo Banzár. Para saber mais, veja: BID. Quem ganhou a guerra da água?. Disponível em: <<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3539>>. Acesso: 8 jan. 2014.

²⁷ A guerra do Gás foi um conflito entre as forças policiais e militares do governo central e os grupos políticos da região conhecida como meia-lua, departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz, ricos em gás natural. As discordâncias sobre a autonomia dos departamentos na aplicação dos impostos arrecadados com o gás e sobre a privatização da produção nacional começaram em 2003 e se ampliaram, gerando instabilidade democrática e suspeita de Golpe de Estado. O conflito atingiu caráter internacional, quando houve interrupção na distribuição do gás para o Brasil e para a Argentina. Com o aumento das tensões, o caso foi debatido no âmbito da Unasul e a instituição se posicionou a favor do governo de Evo Morales (Chaves, 2010, p.15-39).

²⁸ O debate entre nacionalismo e regionalismo não é novo, mas a perspectiva adotada para este projeto é a do neonacionalismo, que se baseia no ganho de autonomia, não contra o fechamento da economia, mas através do incentivo das exportações, tendo o Estado fortalecido como instrumento de uma maior competitividade no cenário internacional.

Impulsionado por governos progressistas, principalmente, pela Venezuela, os projetos alternativos ganharam fôlego, na busca de maior autonomia. Essa independência regional tem se baseado em duas expressões: Alba²⁹ e a Unasul. Concatenado com a premissa de emergência de governos progressistas e os novos pressupostos políticos fundamentado em uma crítica ao paradigma neoliberal, a Unasul, caracteriza-se como uma alternativa de processo de integração regional e foi a instituição política a qual os chefes de Estado da região recorreram para se manifestar contra o incidente ocorrido com o avião presidencial de Evo Morales, em julho de 2013. Portanto, cabe analisar a importância política da instituição, assunto que será abordado na próxima seção.

2 A IMPORTÂNCIA POLÍTICA DA UNASUL

Formada por doze países da América do Sul, A UNASUL foi formalizada em 2008, mas suas origens remontam ao início da década, com o marco da *I Cumbre de Presidentes Sudamericanos*, em 2000, aos auspícios da liderança do então presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso. O projeto começou a ser discutido somente em 2004, em Cusco, no Peru, durante a *III Cumbre de Presidentes Sudamericanos* e foi formalmente estabelecido através da Declaração de Cusco³⁰, que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa) e estabeleceu os seus princípios³¹ e principais objetivos, a saber: a convergência entre o Mercosul e a CAN; a integração física; e a cooperação política (BRICEÑO RUIZ, 2010, apud RIGGIROZZI, 2012, p. 143).

O Brasil ganhou ênfase na região, dentre outros motivos, pela convergência ideológica entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e os demais líderes regionais (PEDROSO, 2013, p. 330). Segundo Nafalski (2010), houve um fortalecimento do âmbito nacionalista da diplomacia brasileira com a

²⁹ A Alba é um projeto alternativo de integração regional, em construção, protagonizado pela Venezuela, em clara oposição a Alca, que se inspirava no *teade not aid*, ao passo que a Alba se articulou na ideia de troca, não na de livre comércio. O projeto é alicerçado em um discurso claramente antiglobalizador e anti-estadunidense, inserindo-se no paradigma do regionalismo pós-neoliberal. O propósito é não se comprometer em servir ao imperialismo nem às oligarquias nacionais, sendo direcionado ao desenvolvimento econômico dos setores sociais dos povos latino-americanos (ALTMANN, 2008, p.1-7). Alguns esforços já estão sendo concretizados, a exemplo da Telesur, dos *proyectos de las grannacionales* (PG) e das *empresas grannacionales* (EG), da Petrocaribe e do Banco do Sul.

³⁰ UNASUL, 2004.

³¹ O novo modelo de integração foi fundamentado em seis princípios, a saber: (1) solidariedade e cooperação, na busca de maior equidade social e de multilateralismo; (2) soberania e da autodeterminação dos povos; (3) manutenção da zona de paz, através da solução pacífica de controvérsias; (4) democracia e pluralismo para valorizar os direitos humanos dos povos originários, dos afrodescendentes e dos imigrantes, respeitando os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil; (5) universalidade e indivisibilidade dos Direitos Humanos³¹; e (6) preservação ambiental, para garantir o desenvolvimento regional (CSA, 2010, p. 28-31).

nomeação de Celso Amorim para o Ministério das Relações Exteriores (2003-2010), de Samuel Pinheiro Guimarães como 1º secretário do Itamaraty, e de Marco Aurélio Garcia para assessor da presidência para assuntos de Política Externa, o que incrementou ideologicamente as relações Sul-Sul.

Segundo Nafalski (2010), apesar de existir consonância de interesses entre os países da região, no tocante ao fortalecimento da integração regional, o projeto Casa/Unasul gerou discordância entre Brasil e Venezuela, quanto à efetividade e à implementação. O debate foi importante para redesenhar os propósitos do projeto. A Venezuela, que demonstrou ter influência sobre Bolívia, Equador e Argentina, resistiu ao projeto brasileiro, por não perceber um posicionamento firme à esquerda. Porém, com as descobertas do pré-sal, somadas ao poder econômico e ao pragmatismo diplomático brasileiro, a implementação da Unasul ganhou apoio regional. Essas divergências fizeram com que Hugo Chávez se distanciasse do projeto brasileiro. Em consequência, fundou a Alba-TCP, em 2004 (BRICEÑO RUIZ, 2010, apud RIGGIROZZI, 2012, p. 144).

Em maio de 2008, a Casa deixou de existir para dar lugar à Unasul que tem adquirido importância geoestratégica. Compreende um território de 17.658 km², tem aproximadamente 380 milhões de pessoas, dentre as quais 18 milhões tem vínculo com algum povo originário, e seu PIB, em 2008 foi de 2,9 bilhões de dólares, o que corresponde a 5,6% do PIB mundial³². A ideia de união transformou esse projeto integrativo sub-regional em algo ambicioso, uma vez que a palavra unir significa junção das partes, em uma perda relativa de soberania. O que a torna diferente de outros projetos é a perspectiva da política nacional, uma vez que os presidentes que firmaram esse acordo de união são diferentes dos anteriores, que priorizaram políticas neoliberais em seus países. A proposta é mais ampla que mera transação comercial, dando maior espaço para movimentos e para organizações sociais. Essa perspectiva fica nítida com o aumento significativo, desde o começo do século XXI, dos gastos sociais dos Estados, visando o bem estar da população (CSA, 2010, p 35-75).

O projeto Casa/Unasul, sob a liderança brasileira, assim como a Alba, sob a liderança venezuelana, foi albergado na essência do conceito *otra integración es posible*³³, defendido na Declaração de Brasília (2005) e na Declaração de Cochabamba (2006) (CSA, 2010, p. 28-31).

Em seu Tratado Constitutivo³⁴, criado em 2008, na Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, nas suas cláusulas preambulares, fica clara a intenção de lutar pela

³² Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2008.

³³ Tais princípios emergiram em contraposição ao modelo da Alca, uma estratégia estadunidense de livre comércio. A partir da articulação de movimentos sociais e da sociedade civil, os países da região refutaram o projeto da Alca, durante a *Cumbre de las Américas*, em Mar del Plata, na Argentina, em 2005.

emancipação das unidades sul-americanas. No Artigo 19, fica explícita a proposta anti-hegemônica da Unasul, uma vez que apenas Estados da América Latina e do Caribe poderão se associar à organização. De forma prática, a instituição demonstrou atuação política enfática nas crises da guerra do gás na Bolívia (2008), na insurreição policial envolvendo Rafael Correa, no Equador (2010), no golpe de Estado no Paraguai (2012) e no rechaço ao embargo aéreo europeu de Espanha, França, Itália e Portugal ao avião presidencial de Evo Morales (2013) e no apoio ao governo de Nicolas Maduro, durante os protestos de extrema direita, comandados por Leopoldo López (2014).

A Unasul, diante da proposta de convergência entre o Mercosul e a CAN, também se articula através do regionalismo aberto, típico da década de 1990, porém estipula um novo objetivo: o de fortalecer a instituição para além das questões comerciais, primando pela autonomia política com relação às potências, em especial EUA e União Europeia. Dessa forma, a criação do Conselho de Defesa reforça o interesse em limitar a interferência estadunidense (RIGGIROZZI, 2012, p. 144).

Essa nova liderança multipolar da Unasul é vista como uma alternativa política à OEA, posto que a presença dos EUA, de certa maneira, coage o comportamento dos Estados integrantes. Em três diferentes momentos históricos distintos, a OEA permitiu a intervenção unilateral estadunidense na região, a exemplo da Invasão da Baía dos Porcos, em 1961, da intervenção militar na República Dominicana, em 1965 e das invasões a Granada e ao Panamá, em 1983 e 1989, respectivamente. Os EUA destacaram-se por negociar bilateralmente, enfraquecendo a estrutura multipolar da OEA. Dessa forma, a Unasul apresenta-se como uma alternativa multilateral à hegemonia dos EUA³⁵, a partir da formulação de uma agenda com base anti-imperialista. Contudo, ainda é preciso fundamentar sua institucionalidade para sobreviver em longo prazo (SERBIN, 2009, p.4-7).

A pauta política da Unasul, inserida em um paradigma pós-neoliberal, estabelece novas bases para o regionalismo, ultrapassando os anseios meramente econômicos. Sua atuação está construindo um novo espaço de diálogo político, resignificando a cooperação regional. Um de seus principais desafios será conciliar essas demandas econômicas, que envolvem os anseios da globalização, e as demandas sociais e políticas, reclamadas pelo âmbito doméstico e regional. Para tal, é preciso que os Estados da América Latina se

³⁴ O Tratado Constitutivo entrou em vigor em 2011 e foi inspirado nas Declarações de Cusco de 2004 e de Cochabamba de 2005 (CSA, 2010, p.35). A UNASUL é formada por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela e Paraguai. Panamá e México participam como membros observadores e poderão, futuramente, integrar a comunidade.

³⁵ Depois da reunião de Cúpula das Américas, em Mar del Plata, em 2005, o outro projeto liderado pelos EUA, a Alca começou a se fragmentar (SERBIN, 2009, p. 5).

associem em favor da coesão regional, contudo, vale salientar a histórica relação de proximidade econômica entre EUA e alguns países da região, como Chile, Peru, Colômbia e México. Apesar de tal quadro dissidente, cabe dar relevância às novas oportunidades regionais que estão sendo criadas pelas novas lideranças que estão rompendo paradigmas e estabelecendo novos desafios para a integração regional (RIGGIROZZI, 2012, p. 148).

A próxima seção contextualiza os eventos que antecederam o bloqueio do espaço aéreo de alguns países europeus ao avião de Evo Morales, em julho de 2013, envolvendo a espionagem do governo dos EUA e a perseguição ao delator Edward Snowden. Para construir tal panorama, deve-se levar em consideração o quadro político latino-americano do começo do século XXI.

3 A ESPIONAGEM ESTADUNIDENSE E O CASO SNOWDEN

“A desobediência é, aos olhos de qualquer estudioso da História, a virtude original do homem. É através da desobediência que se faz o progresso, através da desobediência e da rebelião”

Oscar Wilde

O objetivo desta seção é construir uma visão panorâmica sobre os eventos que antecederam e que contribuíram para o impasse diplomático do bloqueio aéreo a Evo Morales em julho de 2013, envolvendo a espionagem estadunidense e o caso Snowden.

Para tal, será levada em consideração a importância da informação para as relações de poder, seja ela utilizada por Estados, por organizações não governamentais, por meios de comunicação de massa ou por cidadãos comuns. Contudo, não se pretende responder questões vinculadas aos limites do imperativo da transparência para os regimes democráticos nem esgotar as discussões sobre sigilo e confidencialidade na vida diplomática. Dessa forma, serão apresentadas perspectivas sobre a Revolução Digital e os impactos na relação de poder entre os Estados e a sociedade civil internacional, em especial através da espionagem, ajudando a compreender o contexto político que serviu de cenário para o bloqueio aéreo de Evo Morales.

A inserção da sociedade civil internacional em questões de Política Internacional é resultante de um processo histórico, gradual e dinâmico, portanto, inacabado. O desenvolvimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ampliou a participação da Mídia nas relações internacionais. A Comunicação Internacional³⁶ surgiu no século XIX, mas foi somente depois das duas Grandes Guerras, no século XX, que emergiram

³⁶ Comunicação Internacional é definida como a transmissão de informação através das fronteiras, principalmente com troca de conteúdos vinculados aos governos (CAMARGO, 2012, p. 41).

debates contundentes na sociedade civil internacional sobre Política Internacional (CAMARGO, 2012, p. 39).

As discussões sobre guerra e paz, principais temáticas da Política Internacional no começo do século XX, eram restritas a ambientes militares e diplomáticos. Os aspectos diplomáticos vinculados como notícia eram pitorescos. Não havia, até então, o desejo da opinião pública de popularizar o debate nem mesmo de monitorar as atividades de política externa. Contudo, os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) alteraram a mentalidade da época. Questões de segurança não podiam mais ser deixadas apenas nas mãos de diplomatas e de militares. A percepção de que os acordos secretos³⁷ geraram o conflito enfatizou a necessidade de se ter uma diplomacia transparente. Como sugere Kant (2008, p.4), no 1º Artigo preliminar para a paz perpétua entre os Estados: “Não deve considerar-se como válido nenhum tratado de paz que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura”. Um movimento, então, iniciou-se nos países de língua inglesa, sob a forma de protesto contra os tratados secretos, utilizados como argumento para as causas da guerra. A população sabia que tratados secretos eram celebrados, mas não exigia dos governos a transparência sobre o conteúdo dos documentos. Com os protestos, houve a primeira demanda pela popularização da política internacional (CARR, 2001, p. 3-15).

É importante salientar que a culpabilidade não recaiu necessariamente sobre a imoralidade dos governos, de maioria democrática, em celebrar tratados secretos, mas na indiferença da população com relação aos assuntos de Política Internacional. Portanto, o fim da diplomacia secreta e a demanda pela transparência dos governos estão intimamente vinculados com a exigência popular pelo direito de acesso à informação.

Com o objetivo de evitar as mazelas da guerra, os estudos acadêmicos em Relações Internacionais começaram a ser sistematizados, em 1917, na universidade escocesa de Aberystwyth. A disciplina evoluiu e auxiliou, de maneira concomitante, os estudos de Comunicação Internacional, que foram impulsionados por três motivos: a utilização da propaganda nas décadas de 1920 e 1930; o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação; e a evolução do rádio, sendo utilizado para as pesquisas de audiência em Ciências Sociais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3; LAZERFELD, 1952-53, p. 481, apud CAMARGO, 2012, p. 41).

A diplomacia e a comunicação caminham juntas. Na definição de Wight (2012, p. 107), "diplomacia é o sistema e a arte da comunicação entre Estados. O sistema diplomático é

³⁷ Acordos secretos feitos entre as potências, no começo do século XX, foram encontrados pelos bolcheviques, depois da tomada de poder em 1917 (WAACK, 2011, p. 40).

a instituição-mestra das Relações Internacionais". Com a maior interação entre os Estados em foros internacionais³⁸, a quantidade de trocas de informação também se intensificou. Essa ampliação, ao longo do século XX, foi significativa, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, construindo espaços de diálogo para as negociações internacionais (SEITENFUS, 2008, p. 25).

Dessa forma, com o passar dos anos, a Mídia Internacional³⁹, estimulada por uma demanda popular, passou a se interessar em produzir mais conteúdos vinculados à política internacional. Contudo, a Revolução Digital não democratizou o poder entre os Estados. A partir da década de 1960, começaram a ser feitas reflexões sobre o debate Norte-Sul nas comunicações. Os países denominados de terceiro-mundo passaram a discutir assuntos relacionados à informação-comunicação no sentido de democratizar⁴⁰ o conteúdo, do ponto de vista da emissão. As desigualdades, no tocante às TIC, fizeram com que os países desenvolvidos se tornassem provedores dos setores de informação. A existência de uma via única de informação, através dos monopólios das corporações de comunicação, verticalizou as notícias e contribuiu para a construção de uma visão distorcida sobre os países em desenvolvimento (CAMARGO, 2012, p.42 e 43).

De acordo com Santos (2008, p. 38), diante das relações de poder, existe tirania no processo de globalização da informação que alicerça ações hegemônicas, percepções fragmentadas e um discurso único, constituindo-se como uma forma de totalitarismo, ou, em suas palavras, *globalitarismo*. As técnicas da informação são utilizadas por uma minoria de Estados, em benefício de interesses particulares, criando e aprofundando desigualdades. Ainda segundo Santos (2008), o que se transmite é uma informação manipulada, que ao invés de esclarecer, confunde e torna a periferia ainda mais marginalizada. Dessa forma, por vezes, a informação se transforma em ideologia (SANTOS, 2008, p. 38).

Portanto, a Mídia Internacional, influenciada por interesses particulares de grupos políticos, vinculada ou não a governos, atua como instrumento de *soft power*⁴¹ (poder brando)

³⁸ Vale ressaltar a importância da experiência da Liga das Nações para a criação da Organização das Nações Unidas, fortalecendo o princípio de segurança coletiva, positivado no preâmbulo da Carta de São Francisco de 1945.

³⁹ Mídia internacional é um conceito abrangente, contudo será adotado como agências internacionais de notícia, com escritórios ao redor do mundo, que produzem conteúdos vinculados a vários países (CAMARGO, 2012, p. 40).

⁴⁰ A resolução da Unesco, de 1980, denominada *One World, Many Voices* (Um Mundo, Muitas Vozes) foi o primeiro documento de Política Internacional a tratar da temática da comunicação-informação. Ver: UNESCO, 1980.

⁴¹ Para saber mais sobre *softpower*, *hardpower*, *smartpower* e *cyberpower*, veja KEOHANE; NYE, 2001; NYE, 2004; NYE, 2012.

nas relações internacionais, influenciando pensamentos e persuadindo a opinião pública para lograr um determinado objetivo, sem a utilização da coerção ou da violência física.

A alta velocidade na transmissão de conteúdos entre os países ricos já era possível na Europa e na América do Norte, desde o século XIX. A grande modificação do século XX e XXI foi a redução de custos e de tempo, o que gerou uma explosão⁴² de informações. O que existe hoje é o paradoxo da abundância, em que o excesso de informação leva à redução da atenção. Dessa forma, há dificuldades em se concentrar em uma temática. Por isso muitas discussões importantes sobre poder não ganham a relevância necessária (NYE, 2009, p.277-305).

Diante da evolução das novas TIC, temia-se que, com os computadores, os governos criassem um controle central de vigilância, como foi dramatizado no romance de George Orwell, intitulado “1984”. A verossimilhança do romance veio à tona na medida em que o debate sobre direito de acesso à informação tornava-se mais enfático.

A espionagem e a vigilância governamentais existem desde a Antiguidade Clássica, mas ganharam novo escopo operacional com o surgimento das TIC, fazendo com que esses subterfúgios fossem institucionalizados, a partir do século XX. Os denominados serviços de inteligência são agências governamentais que coletam e analisam informações importantes para as tomadas de decisão em determinadas áreas, a exemplo da política externa e da defesa nacional. Essas agências são conhecidas pelos seus serviços secretos ou de informação. Com o fim da Guerra Fria, houve uma discussão sobre a real necessidade desses serviços, amplamente utilizados durante as Grandes Guerras e a Guerra Fria. Na década de 1990, essas agências tiveram seus orçamentos reduzidos. Contudo, diante da Nova Ordem Internacional, dotada de incertezas, as demandas por informação especializada aumentaram. Com o surgimento de empresas privadas de escala global, esse fluxo tornou-se ainda mais facilitado, gerando uma remodelação desses serviços no século XXI (CEPIK, 2001, p. 8-12).

Segundo Cepik (2001), os serviços de inteligência são, porém, ainda pouco explorados pela literatura de Política Internacional. A CIA, dos EUA; o Comitê de Segurança do Estado (KGB), da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS); o Instituto para Inteligência e Operações Especiais (Mossad), de Israel; e o Serviço Secreto de Inteligência (*Secret Intelligence Service*, SIS), do Reino Unido, são agências, cujas siglas são famosas, mas muito do que se conhece a respeito delas foi construído no imaginário social, a partir da mídia, do cinema e da literatura ficcional.

⁴² 161 bilhões de gigabytes de informações digitais foram criados só em 2006, quantidade informacional três milhões de vezes superior às informações em todos os livros já escritos (NYE, 2009, p. 278).

Os serviços secretos cresceram pelas mesmas razões que os serviços diplomáticos: a expansão do sistema de Estados e o crescimento do intercâmbio internacional. Provavelmente nunca será possível escrever a história da espionagem como uma instituição internacional, pois a maior parte das informações a respeito não existirá. Não há meios de saber, com certeza, com que frequência os dados obtidos por intermédio de fontes secretas de informação são valiosos, e muito menos de saber se, caso forem valiosas, decisões foram tomadas com base nelas (WIGHT, 2012, p. 111).

A diplomacia dos Estados deveria ser dotada de registros, de uma memória, que pode ser útil para a tomada de decisões futuras de política externa. O perigo da Revolução Digital não é apenas o de vazamento de informações, mas o de desaparecimento de arquivos guardados sob a tutela do Estado, sendo esse um desafio. A quantidade de arquivos anteriormente era menor, considerando que os Estados lidavam com temáticas mais restritas. Com a ampliação da agenda política e com a Revolução Digital, os arquivos passaram a ser mais numerosos, heterogêneos e complexos (LAFER, 2011, p.14).

A espionagem e a manipulação externa de arquivos diplomáticos eram mais difíceis quando o papel era prioritariamente utilizado como suporte técnico. Com os arquivos digitais, a possibilidade de roubo de informações aumentou. Porém, também possibilitou a maior transparência dos governos, ao mesmo tempo em que passou a ser questionado o sigilo na vida diplomática (LAFER, 2011, 11-12).

A diferença entre a diplomacia e a espionagem é a diferença entre a arte da paz e arte da guerra; é também em parte a diferença entre a arte do governo constitucional e a arte do despotismo. Quando a paz se aproxima da guerra, a diplomacia e a espionagem tendem mais uma vez a se confundirem. Ou talvez devamos dizer que a diplomacia normal é substituída pela diplomacia revolucionária. A diplomacia revolucionária possui suas perversões em relação às três funções da diplomacia: espionagem ao invés de informação, subversão ao invés de negociação, propaganda ao invés de comunicação (WIGHT, 2012, p. 111).

A espionagem é uma conduta criminalizada em grande parte dos ordenamentos jurídicos dos Estados. Nos EUA, por exemplo, a depender da gravidade, a pena jurídica para um espião é de prisão perpétua ou até mesmo de pena de morte. Já o vazamento de informações sigilosas pode ser penalizado por meio de processos administrativos, de multas ou de prisão. Essa divulgação pode ser acidental ou proposital, com o objetivo de expor alguma corrupção, arbítrio ou incompetência do Estado, que estava sendo ocultada por meio do segredo público. Geralmente, os segredos governamentais são salvaguardados pelos serviços de inteligência, que, de maneira paradoxal, têm como objetivo descobrir os segredos governamentais de outros Estados (CEPIK, 2001, p.165-168).

O aumento no fluxo de informação, ao longo dos anos, entre os governos e entre o governo e a sociedade doméstica, com o intermédio da Mídia Internacional, foi considerável e essa nova conjuntura perpassa por um debate sobre o que é *público* e o que é *privado*. Bobbio (2000) afirma que existem duas interpretações sobre o que é público. A primeira corresponde

ao que é oposto a privado, na perspectiva jurídica clássica dos romanos de *ius publicum* e *ius privatum*; ao passo que a segunda é a oposição a secreto, no sentido de não pertencer à coisa pública ou ao Estado, mas sim de caracterizar aquilo que está manifesto, evidente e visível. Dessa forma, a democracia deve ser o governo do poder público em público (BOBBIO, 2000, p. 83-106).

Quando se vincula o direito de acesso à informação e o sigilo da vida diplomática, o debate torna-se ainda mais polêmico. Deixando correr em paralelo a complexidade do debate sobre a Teoria da Paz Democrática, de Oneal e Russett (2001), cabe ressaltar que países democráticos devem levar em consideração a opinião pública em processos de negociação, independentemente de culminar em solução pacífica de controvérsias⁴³. As lições de Kant contribuíram para a redução do segredo na vida diplomática. Contudo, sem o sigilo de uma *quiet diplomacy*, não há condições de uma negociação efetiva. Não há tratados negociados em praças públicas. Porém, como sugere o célebre discurso dos Catorze Pontos⁴⁴ de Woodrow Wilson, para o Congresso estadunidense, em 1918, é preciso existir uma publicidade plena quanto aos resultados do processo de negociação (CASARÕES, 2012, p. 43-77; MENDES, 2012, p. 79-111; CARR, 2001, p. 172-188; LAFER, 2011, p. 14-15; JATOBÁ, 2013, p. 9).

Mesmo com a proposta de findar a diplomacia secreta, no começo do século XX, é importante destacar que essa temática sobre a transparência interestatal era ainda bastante vulnerável. Meses depois do discurso dos Catorze Pontos, Woodrow Wilson estava negociando o Tratado de Versalhes⁴⁵, secretamente, com Clemenceau e com Loyd George, estadistas francês e britânico, respectivamente (RODRIGUES, 2011, p. 34).

A proposta de uma diplomacia aberta foi acatada posteriormente, em 1945, no artigo 102⁴⁶, da Carta da ONU, garantindo a publicidade de tratados e de documentos diplomáticos, registrados pelo Secretariado da ONU. O propósito é dar transparência às atividades diplomáticas, além da possibilidade de monitoramento, em confluência com as normas do Direito Internacional. Essa publicidade deve ser plena quanto aos resultados da negociação,

⁴³ Para a Teoria Realista de Relações Internacionais, a opinião pública é falha para a consecução da paz, uma vez que o objetivo primordial do Estado é a sobrevivência, portanto a opinião pública pode incentivar o Estado a ir à guerra, não necessariamente a buscar a paz, pois é vinculada a paixões, a manipulações e a interesses setoriais, por isso é falha (CARR, 2001, p.172-188; RODRIGUES, 2011, p. 33).

⁴⁴ Os princípios da diplomacia aberta foram primados no art.18 do Pacto da Sociedade das Nações e no art. 102 da Carta de São Francisco da ONU.

⁴⁵ Assinado em 28 de junho de 1919, pôs fim à Primeira Guerra Mundial e foi fruto de meses de negociação.

⁴⁶ O Artigo 102 da Carta das Nações Unidas garante respeito à memória diplomática e à transparência da vida jurídica internacional, ao versar que: 1. Todo tratado e todo acordo internacional, concluídos por qualquer Membro das Nações Unidas depois da entrada em vigor da presente Carta, deverão, dentro do mais breve prazo possível, ser registrados e publicados pelo Secretariado. 2. Nenhuma parte em qualquer tratado ou acordo internacional que não tenha sido registrado de conformidade com as disposições do parágrafo 1º deste Artigo poderá invocar tal tratado ou acordo perante qualquer órgão das Nações Unidas (UNICRIO, 2001, p. 55).

mas não quanto ao processo de negociação. Por isso, os Estados devem prezar pela boa fé (LAFER, 2011, p. 14-15).

O direito de acesso à informação, a transparência nas democracias e os mecanismos de *accountability*⁴⁷ ganharam nova configuração para os estudos de Política Internacional depois que o jornalista australiano Julian Assange trouxe ao público, a partir de 2007⁴⁸, através do *site* WikiLeaks⁴⁹, informações de governos, de empresas e de organizações internacionais, classificadas como sigilosas. Essa classificação de sigilo tem como *dever ser* a articulação prudente dos governos de salvaguardar temas de interesse público. Porém, esta tipificação é arbitrária e elaborada sob os auspícios do Poder Público, ou seja, é de decisão de gestores. Por isso, é importante destacar que um tema classificado como sigiloso pelo governo talvez não ganhasse a mesma tipificação diante da apreciação pública (LAFER, 2011, p. 13).

O objetivo do grupo fundador do site é combater atividades governamentais de caráter duvidoso, incluindo crimes de guerra. Dessa forma, busca-se expor contradições e hipocrisias dos Estados, para tornar o mundo mais cívico, concedendo responsabilidade política e social aos atos cometidos. Alguns casos envolvendo prioritariamente os EUA deram destaque ao site e o tornaram internacionalmente conhecido, a saber: o vazamento de 251.288 telegramas⁵⁰ das embaixadas dos EUA sobre Direitos Humanos, economia, terrorismo, entre outros; o vazamento de um vídeo que mostra um helicóptero dos EUA atacando civis⁵¹, em uma praça pública, em Bagdá, no Iraque (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 30; LAFER, 2011, p.11).

O WikiLeaks dividiu opiniões. Uns acreditam que as novas tecnologias possibilitam a ruptura do segredo e o tratam como um mecanismo de emancipação política capaz de fortalecer a democracia, mitigar a hegemonia estadunidense no cenário internacional e garantir o direito de acesso à informação. Outros acreditam que a publicidade feita sobre os vazamentos é superior ao seu real significado, pois não há nada de muito surpreendente no

⁴⁷ Conceito utilizado prioritariamente por neoliberais institucionais. Não há uma tradução adequada, porém está vinculado à ideia de responsividade e de prestação de contas. *Accountability* pode ser vertical, entre a sociedade e o Estado, e horizontal, entre as instituições do Estado.

⁴⁸ O *site* wikileaks.org foi registrado em 4 de outubro de 2006, mas só foi ao ar em janeiro de 2007 (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 14).

⁴⁹ *Wiki* é uma palavra de origem havaiana que significa rapidez. *Leaks* é uma palavra de origem inglesa que significa vazamento (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 11-15).

⁵⁰ Os telegramas diplomáticos se transformaram em e-mails. Na diplomacia, ficou comprovado, com os vazamentos do WikiLeaks, que os arquivos diplomáticos digitais são mais vulneráveis que os de papel (LAFER, 2011, p. 14).

⁵¹ Durante o ataque, doze pessoas foram assassinadas, incluindo funcionários da agência de notícia Reuters, Namir Noor-Eldeen de 22 anos, fotógrafo, e o seu assistente e motorista, Saeed Chmagh, de 40 anos. Outro caso denunciado foi referente ao soldado estadunidense Bradley Manning, condenado a 35 anos de prisão, por fornecer documentos ao *site*, etc. (DOMINGOS; COUTO, 2011, p. 37; GREENWALD, 2012).

que foi revelado. Ademais, pontuam que além de criminosos, por manipularem clandestinamente informações de governos, os fundadores podem dificultar o trato entre nações e constranger as relações diplomáticas. Interpretam o WikiLeaks, sob a ótica da razão de Estado (*raison d'état*). Por isso, a sociedade não deve estar atrelada às negociações de Política Externa, acreditando que de fato os verdadeiros interessados em Política Internacional são os observadores mais atentos. Para esse grupo, as publicações do WikiLeaks geram embaraços e são insignificantes (RODRIGUES, 2011, p. 32-35; SPEKTOR, 2011, p. 19).

Diante do exposto, pode-se constatar que a diplomacia é politicamente amparada pelo sigilo. Os governos não são obrigados a negociar como se estivessem em um aquário de vidro, configurando-se como uma ingenuidade a perspectiva de total transparência (WAACK, 2011, p. 43). Nem a sociedade civil, na sua individualidade, nem a diplomacia consegue tolerar com facilidade o excesso de instantaneidade e de transparência (LAFER, 2011, p. 16). Entretanto, mesmo sendo reservado um ambiente de sigilo ao Estado, se faz necessária uma maior transparência nas esferas interestatais (RODRIGUES, 2011, p. 34).

Dessa forma, a falta de transparência pode ser subterfúgio para se atingir mentiras e para esconder segredos. O segredo permite a ocultação da mentira e a mentira ajuda a esconder o segredo, em um movimento dual. Logo, para que haja democracia, regime adotado por uma maioria⁵² esmagadora de Estados, é preciso haver também um processo de transparência na gestão e na interação entre os Estados, principalmente através dos mecanismos de *accountability* (LAFER, 2011, p. 13; WAACK, 2011, p.39-41).

Tempos depois do fervor do WikiLeaks, esse debate retorna às pautas de discussão política por meio do denunciante Edward Snowden. Ele é um ex-agente da CIA que delatou à Mídia informações sobre a política internacional de vigilância eletrônica dos EUA, mais conhecido como PRISM, que monitora a vida digital da população dos EUA e de outros países, com a confluência de servidores como *Facebook*, *Microsoft*, *Google*, *Skype* e *Apple*⁵³. Conversas pessoais e e-mails de civis e de chefes de Estado e de Governo estavam sendo espionados⁵⁴. Em entrevista⁵⁵ ao jornal *The Guardian*, Snowden, admitindo a sua motivação pessoal de impedir o excesso de poder de vigilância⁵⁶ dos EUA, decidiu divulgar tais

⁵² 118 dos 193 países do mundo são democráticas (ZAKARIA, 1997).

⁵³ Um *slide* instruindo os analistas da NSA sobre o programa apregoa a sua eficácia e apresenta os logotipos das empresas envolvidas (THE WASHINGTON POST, 2013).

⁵⁴ Segundo uma matéria publicada no *The Guardian*, os EUA monitoraram chamadas telefônicas de 35 líderes mundiais. Ver: BALL, 2013.

⁵⁵ GREENWALD, Glenn. 2013b.

⁵⁶ A ferramenta XKeyscore permite à NSA monitorar praticamente todas as atividades de usuários na Internet.

informações com o auxílio de dois jornais: *The Guardian* e *The Washington Post* (GREENWALD; MACASKILL, 2013).

A Europa foi alvo de espionagem. Um caso especial chamou a atenção pelo tempo de monitoramento. Casos envolvendo Espanha, Portugal, Itália e França foram amplamente divulgados. Porém segundo o jornal *The Wall Street Journal*⁵⁷, a apatia de França e Espanha em exigir internacionalmente a retratação dos EUA pela espionagem aos seus governos se deve ao fato de que são os seus próprios serviços secretos os responsáveis pela espionagem, o que indica a participação europeia nesse esquema de vigilância global, em colaboração com a NSA.

Em 5 de junho de 2013, o jornalista Glenn Greenwald⁵⁸, do jornal *The Guardian*, publicou a primeira matéria sobre a coleta de dados virtuais e de monitoramento de ligações telefônicas de vários usuários dentro e fora⁵⁹ dos EUA por meio da NSA⁶⁰. Em matéria⁶¹ publicada no jornal *The Guardian*, no dia 9 de junho, Glenn Greenwald revelou que a fonte das informações era proveniente do ex-agente da CIA Edward Snowden que até então estava em anonimato.

Quando decidiu divulgar o que havia descoberto, Snowden deixou o território estadunidense. Em 20 de maio de 2013, foi para Hong Kong. Quando o governo dos EUA tomou ciência da apropriação ilícita de tais informações sigilosas, foi feito um pedido de extradição. Diante da insegurança⁶² e da suspeita de que autoridades locais estavam ajudando a CIA a capturar Snowden, ele decidiu deixar a região, sob influência chinesa⁶³. Apoiado

⁵⁷ ENTOUS; GORMAN, 2013.

⁵⁸ Desde que começou a publicar as informações adquiridas por Snowden no jornal *The Guardian*, o jornalista Glenn Greenwald passou a ser perseguido. O argumento ficou evidente com o caso David Miranda, brasileiro que foi detido por oficiais da Scotland Yard, no dia 18 de agosto de 2013, no aeroporto de Heathrow, em Londres. Ele é companheiro do jornalista e, no seu retorno ao Brasil, foi enquadrado no *Terrorism Act*, de 2000, que permite que autoridades inglesas fiscalizem áreas de fronteira, como portos e aeroportos, e detenham indivíduos suspeitos para interrogatórios. Levando em consideração a histórica aliança diplomática com os EUA, a falta de evidências que demonstrem ameaça à segurança do Reino Unido e o fato de ele ter ficado detido por nove horas, máximo de tempo permitido pela lei, demonstra uma retaliação ao jornalista. Essa conjuntura incitou ainda mais o debate sobre a liberdade de expressão no jornalismo (THE GUARDIAN. 2013c; UK, 2000; WATTS, 2013).

⁵⁹ As denúncias de espionagem feitas por Snowden ganharam muita repercussão e comprometeram inclusive a legitimidade de algumas tomadas de decisão. Os repórteres da Revista Época, Leonardo Souza e Raphael Gomide publicaram, como matéria de capa, fragmentos de um documento que comprovam que os EUA adquiriram vantagem nas negociações de sanção ao Irã em 2010, ao espionar pelo menos oito países, tendo conhecimento sobre como cada país iria votar durante a sessão do Conselho de Segurança da ONU (SOUZA; GOMIDE, 2013).

⁶⁰ Ver cronologia (G1, 2013).

⁶¹ GREENWALD; MACASKILL; POITRAS, 2013.

⁶² OWEN, 2013.

⁶³ BORGER, 2013.

politicamente e logisticamente por Julian Assange, em 23 de junho de 2013, Snowden deixou Hong Kong em direção à Rússia^{64 65}.

Com a revogação de seu passaporte, Snowden não pôde entrar em território russo e ficou na área de trânsito do Aeroporto Internacional Sheremetievo, em Moscou, por quarenta dias. Alegando risco de perseguição, Snowden enviou pedidos de asilo a 21 países^{66 67}.

Em nota⁶⁸ publicada no WikiLeaks, Snowden alegou que os EUA, defensores dos Direitos Humanos e do direito político de asilo, estavam pressionando os Estados, aos quais foram feitas as solicitações de asilo, a refutá-lo. No dia 1º de agosto de 2013, Snowden recebeu asilo russo e deixou a área de trânsito do aeroporto. Sua alocação ainda é desconhecida. Segundo seu advogado⁶⁹, em novembro de 2013, ele começou a trabalhar para um grande site russo.

A espionagem do governo estadunidense entrou em pauta nas discussões políticas do século XX com o escândalo⁷⁰ de Watergate⁷¹, marcando a relação entre Mídia, Estado e Opinião Pública. Com esse episódio, a sociedade civil dos EUA passou a ser mais vigilante com relação ao comportamento do governo e, em certo aspecto, abandonou a reverência e a distinção que era devotada ao presidente. Os deslizes do chefe de Estado não poderiam se sobrepôr às leis que ordenavam a vida pública (SORENSEN, 1974, p. 497-503).

Questões de segurança foram historicamente relevantes para a Política Externa dos EUA. Porém, é importante perceber que, desde o 11 de setembro de 2001, a Estratégia de Defesa Nacional estadunidense, gerenciando a sua insegurança, incorporou a premissa de autodefesa antecipada por meio da “Guerra contra o Terror”.

⁶⁴ WIKILEAKS, 2013b.

⁶⁵ ANEXO 1

⁶⁶ Brasil, Alemanha, Áustria, Bolívia, China, Cuba, Equador, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Índia, Irlanda, Islândia, Itália, Nicarágua, Noruega, Polónia, Rússia, Suíça e Venezuela. Apenas Venezuela e Bolívia aceitaram inicialmente ao pedido de Snowden.

⁶⁷ WIKILEAKS, 2013c.

⁶⁸ SNOWDEN, 2013.

⁶⁹ GUTTERMAN, 2013.

⁷⁰ Outro famoso caso de espionagem envolvendo os EUA foi o telegrama Zimmermann, trocado entre os agentes diplomáticos alemães Arthur Zimmermann e Heinrich von Eckardt, que articulavam uma aliança com o México contra os EUA, em caso de guerra entre Alemanha e EUA, através da promessa de incentivos financeiros e de devolução de alguns territórios ao México. O telegrama foi interceptado por britânicos, em 1917. Diante da conspiração, os EUA anteciparam a sua entrada na Primeira Guerra Mundial (WAACK, 2011, p. 40).

⁷¹ Durante o governo do 37º presidente dos EUA, o republicano Richard Nixon (1969-1974), atos de espionagem aos escritórios de integrantes do partido Democrata, no complexo Watergate, em Washington, foram descobertos com o auxílio de jornalistas investigativos do The Washington Post, em 1972. Nixon renunciou, antes de sua cassação por processo de *impeachment*, à presidência e foi substituído pelo vice-presidente Gerald Ford (1974-1977), que o concedeu anistia⁷¹, retirando responsabilidades legais perante qualquer infração que tivesse cometido. O processo de *impeachment* era moroso e poderia ter agravado a crise política da época. As pressões finais e mais eficazes que induziram Nixon a renunciar foram de seu partido e de sua equipe de assessores. Ele ficou marcado na história dos EUA como o único presidente a renunciar.

Temas de segurança ganharam proeminência e o governo aumentou seus gastos com as forças armadas, aumentou a quantidade de bases militares no exterior e reforçou alianças na região Ásia-Pacífico. As preocupações dos EUA, durante a administração Bush (2001-2009), em relação ao Eixo do Mal⁷² estar produzindo Armas de Destruição em Massa (ADM), estimularam a construção de uma estratégia nacional de segurança mais agressiva, dirigindo os seus interesses à confluência da prevenção contra o terrorismo e contra a ameaça nuclear. A luta contra a Al-Qaeda fez com que os EUA se aproximassem do mundo Islâmico, deixando a América Latina fora do radar estadunidense. Diante do sentimento de insegurança no âmbito doméstico dos EUA, começou uma tensão entre a necessidade de manter os Serviços de Inteligência dos EUA, garantindo segurança à pátria, e os clamores em favor das liberdades individuais (COLOMBO; FRECHERO, 2012, p. 190-201; BUZAN, 2002, p. 255-259).

Esse debate ficou claro com a promulgação do USA PATRIOT Act⁷³ por meio de mecanismo de *checks and balances* dos EUA. O Legislativo, sem consulta pública, concedeu ao Executivo maiores poderes de vigilância para conter possíveis ataques terroristas, através do Ato Patriótico. Impulsionada pelo sentimento de insegurança do 11 de setembro⁷⁴, essa lei pressupõe a perda de liberdades individuais em nome da segurança nacional (WHITAKER, 2007, p. 1018).

Assinada por Bush, em 26 de outubro de 2001, o Ato Patriótico provocou grandes alterações nas leis de imigração, na definição sobre terrorismo, na vigilância do governo, no compartilhamento de informações e na articulação entre as agências de inteligência e o governo. Representa um sistema legal paralelo com o objetivo de dissuadir e prevenir ataques terroristas em solo americano (KASSOP, 2003, p. 514-517).

Segundo Bobbio (2000), a existência do *poder invisível*⁷⁵ é uma das promessas não cumpridas da democracia. Ao lado do Estado visível, sempre existe um Estado invisível. As ações dos governos democráticos deveriam ser desenvolvidas publicamente. *Arcana imperii* eram autoridades ocultas, misteriosas e valorizadas pelos absolutistas. As decisões eram tomadas sem os olhares indiscretos do público, em gabinetes secretos. Com o fim do Estado absolutista, a democracia surge com a promessa de findar o poder mascarado, dando

⁷² Irã, Iraque e Coréia do Norte.

⁷³ Em português seria Ato Patriótico e é um acrônimo de: *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*. Em tradução livre, seria: Lei de 2001 para unir e fortalecer a América, fornecendo instrumentos apropriados requeridos para interceptar e obstruir o terrorismo. Ver: EUA, 2001.

⁷⁴ Depois do 11 de setembro, vários países criaram leis anti terroristas, a exemplo do Reino Unido, Austrália, Canadá, França, Alemanha e Japão (WHITAKER, 2007, p. 1018).

⁷⁵ Máfias e serviços secretos incontroláveis.

transparência às ações do governo, porém essa promessa de ideal democrático, como sugere Bobbio (2000), não foi cumprida. Em um regime democrático, a publicidade dos atos permite o controle dos cidadãos sobre os atos governamentais. Dessa forma, Bobbio (2000) pontua que a falta de transparência do setor público pode ser utilizada para esconder atividades ilícitas.

Com a Revolução Digital, os cidadãos podem melhor fiscalizar as ações do governo através da troca de informações. Porém, se a “*cyberdemocracia*” pode beneficiar os governados, não há dúvida sobre a possibilidade de prestação de serviços aos governantes, isso porque há instrumentos técnicos à disposição dos detentores de poder para conhecer capilarmente tudo que os cidadãos fazem. Outrora, os monarcas, mesmo com a ajuda de espíões, jamais obtiveram sobre seus súditos as informações que, atualmente, os governos, por mais democráticos que sejam, são capazes de obter de seus cidadãos com o uso de cérebros eletrônicos. Com a Revolução Digital, há, portanto, uma maior tendência do governo em controlar informações de civis que o inverso (BOBBIO, 2000, p. 28-31).

Essa conjuntura pode ser interpretada através do debate sobre hegemonia nas Relações Internacionais. A Teoria da Hegemonia foi desenvolvida por Antonio Gramsci. Gramsci não construiu seu pensamento a partir de uma base internacional. No entanto, Cox (1993), à luz das concepções gramscianas, transplantou o conceito de hegemonia para o cenário internacional, construindo a Teoria Crítica, que trouxe releituras do marxismo para as Relações Internacionais.

Para a Teoria Crítica, as teorias são um produto social da realidade, a produção do conhecimento não é livre de interesses, constatando a incapacidade da formulação de uma teoria de caráter totalmente imparcial e isenta (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 132-161). Os conceitos políticos são resultantes de atribuições históricas, referenciando a Teoria Crítica, são desenvolvidos para alguém e para algum propósito (COX, 1996). Dessa forma, toda produção teórica possui intencionalidades, para atender um determinado objetivo. As teorias então são classificadas entre as que se pretendem universais e aquelas que reconhecem o seu caráter parcial. Cox (1996) classifica as primeiras de *teorias de solução de problemas* (TSP) e as segundas de *teoria crítica* (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 139-140).

Diante dessa perspectiva, Lima (2010) argumenta que as teorias positivistas das Relações Internacionais são tidas como TSP, servindo como um meio para construir soluções de problemas que possam ameaçar a manutenção do *status quo* do cenário internacional, desenvolvidas a partir dos interesses das potências mundiais.

A Teoria Crítica não nega suas intencionalidades. Entretanto, diferente das TSP: “sua forma de operar é totalmente diversa, pois trabalha em uma perspectiva que transcende a ordem existente” (LIMA, 2010, p. 369), buscando alternativas ao *status quo* e trabalhando para promover mudanças na realidade.

A Teoria Crítica enxerga o sistema internacional de Estados como um meio de opressão, de exclusão e de conflito. Diferentemente da Escola de Frankfurt e do Marxismo, busca perceber a interação estratégica dos Estados e a influência da economia para compreender os níveis de dominação sistêmicos. Dessa forma, postula que o Estado não é o único ator das relações internacionais.

O princípio de centralidade do Estado, das TSP, faz alusão à precedência do Estado em detrimento das minorias sociais nos processos de discussão política. É importante perceber que há uma relação da estrutura histórica com os preceitos interativos do complexo de Estados, do Estado e da sociedade para a criação de uma ordem mundial.

As instituições internacionais, em sua maioria, normatizam as condições materiais que influenciam o comportamento dos atores, já que hegemonia exige legitimidade e certo grau de institucionalismo. O FMI e o Banco Mundial são exemplos de veículos dos termos financeiros de assistência aos países em desenvolvimento. Através da aplicação de normas sistêmicas, buscam a manutenção da ordem hegemônica.

A mudança da ordem hegemônica por meio de uma contra-hegemonia pressupõe uma tríade transformação social, política e econômica, inserida em todos os Estados, por meio de uma base sociopolítica de normas, instituições, regras e mecanismos que influenciam o comportamento dos Estados, criando novos blocos históricos. Assim, o bloco histórico torna-se uma concepção básica para a análise das relações entre os Estados. As relações, ao longo da história, irão influenciar na mudança da estrutura do sistema internacional e, conseqüentemente, nas teorias formuladas a partir dessas mudanças.

Para Cox (1993), as estruturas são sujeitas à mudança. Ele, contudo, rejeita o materialismo vulgar das versões ortodoxas do marxismo que associam o movimento histórico ao movimento das forças produtivas, por acreditar que a perspectiva analítica é mais ampla e envolve questões políticas, não apenas produtivas. Ao perceber a política é uma premissa ampla e não pertence apenas ao âmbito estatal, essa teoria questiona o comportamento do Estado enquanto promotor e fortalecedor de exclusões, propondo um universalismo que inclua o máximo de pessoas possível a uma perspectiva ética e moral, baseada na razão.

Diante dessa lógica, Cox (1993) sugere, em sua concepção teórica, que esse grau de exclusão deve ser extinto por meio da representatividade de grupos excluídos. Concatenado

com as premissas da Teoria Crítica, a mudança do *status quo* dos EUA só seria possível com a transformação da consciência a respeito das relações de poder e com a participação efetiva da sociedade, feita na escala social, de baixo para cima. Em outras palavras, a sociedade possui papel funcional na transformação do processo revolucionário. Essa possibilidade de transformação pode ser identificada tanto com a desobediência civil de Julian Assange e Edward Snowden, como na reação dos chefes de Estado da América Latina, via Unasul, como forma de diminuir o déficit de representatividade e de aumentar a autonomia no cenário internacional.

Toda essa conjuntura sobre espionagem, vigilância e vazamento de informações sigilosas, problematizada pelos EUA, como um problema de segurança internacional, envolvendo o WikiLeaks e Edward Snowden, foi cenário para o impasse relativo à quebra de imunidade diplomática de Evo Morales, diante das especulações sobre a possível fuga de Snowden para a Bolívia, no começo de julho de 2013. A próxima seção explora o incidente envolvendo o avião presidencial boliviano, ao sobrevoar o espaço aéreo europeu de Espanha, França, Itália e Portugal.

4 O BLOQUEIO DO ESPAÇO AÉREO EUROPEU AO AVIÃO DE EVO MORALES E A REAÇÃO DA UNASUL

Lo que es con Bolivia, es con tod@s.

Rafael Correa

O bloqueio do espaço aéreo europeu⁷⁶ ao avião presidencial de Evo Morales, em 3 de julho de 2013, representou um impasse diplomático. No contexto regional latino-americano, esse conflito de interesses é ainda mais caloroso, porque se projeta sob a égide histórica da exploração colonial, visto que os envolvidos são países europeus, antigas metrópoles colonizadoras, e países latino-americanos que outrora foram colônias de exploração. Por isso, é importante levar em consideração que a ideia de América Latina foi construída como um contra conceito assimétrico⁷⁷. Diante dessa conjuntura, o bloqueio aéreo a Evo Morales pode

⁷⁶ Trata-se de um fato recente, não há material acadêmico relevante para descrever o bloqueio. Portanto, foram utilizadas notícias de portais digitais relevantes, assim como documentos oficiais de governos e organizações internacionais, além das declarações dos chefes de Estado em suas contas pessoais no *Twitter*.

⁷⁷ Os conceitos e contra-conceitos assimétricos formam um par antagônico com significados diametralmente opostos, identificando aqueles que fazem parte do grupo e aqueles que estão à margem dele. Para ilustrá-los, Kosellec (1985, apud SOUZA, 2011) elenca três parênteses antitéticas: Heleno/Bárbaro; Cristão/Pagão; *Übermensch/Utermensch*. Concatenado com essa linha argumentativa, o conceito de América Latina é igualmente resultante de uma dinâmica construção histórica. Não há unanimidade sobre a origem da nomenclatura. Contudo, a literatura dominante, prioritariamente colonizadora, se ocupou de interpretar

ser interpretado, de acordo com a Teoria Crítica de Cox (1993), como uma expressão do debate sobre hegemonia e contra hegemonia.

O bloqueio representou um mal-estar diplomático, por se tratar de um chefe de Estado democraticamente eleito. Evo Morales Ayma, presidente da Bolívia desde 2006, cumpria agenda de política externa, em Moscou, na Rússia. Ele participou da II Cúpula de Países Produtores de Gás, durante os dias 1 e 2 de julho, de 2013. O plano de voo⁷⁸ de seu retorno à La Paz, feito em avião⁷⁹ presidencial, previa uma parada técnica em Portugal, cujo imperativo era a reposição de combustível⁸⁰. Com a negação de Lisboa, o plano de voo foi alterado. A Espanha inicialmente negou o sobrevoo, porém, posteriormente, admitiu a passagem pelo território espanhol para que Evo Morales se deslocasse até as Ilhas Canárias. Contudo, França e Itália impediram⁸¹ o sobrevoo do avião presidencial até o território espanhol. Diante desse impasse, a aeronave solicitou um certificado de emergência para pouso em Viena, na Áustria, que foi aprovado, configurando-se como uma escala não programada. Espanha, França, Itália e Portugal negaram⁸² o sobrevoo em função da suspeita de que Edward Snowden pudesse estar a bordo.

Depois da mudança de rota, a aeronave boliviana ficou retida no aeroporto vienense por treze horas. Evo Morales interpretou como tentativa de violação à soberania de seu avião o pedido do embaixador da Espanha, na Áustria, Alberto Carnero, de ascender ao avião para tomar um café⁸³. Além desse pedido, agentes aeroportuários checaram⁸⁴ a origem dos tripulantes, que eram bolivianos, concedendo a autorização de decolagem do avião. A inspeção foi considerada pela Bolívia como uma agressão e uma violação do Direito Internacional, porém o vice chanceler austríaco, Michael Spindelegger, declarou⁸⁵ que a

negativamente a identidade latino-americana. À América, metonimicamente representada pelos EUA, coube a adjetivação positiva e superior, herdada de uma origem anglo-saxônica, manifestada na racionalidade, no autocontrole, na austeridade e na responsabilidade, ilustrada como um ambiente urbano, industrial, desenvolvido e sofisticado. Enquanto a América Latina foi vislumbrada como um ambiente rural, atrasado, paupérrimo, formado por indivíduos não brancos com um comportamento que sugere violência. Dessa forma, América Latina representa um contra-conceito assimétrico, por denotar uma negação da auto-imagem coletiva de América (SOUZA, 2011; FERRES JR., 2003).

⁷⁸ ANEXO 2

⁷⁹ Dassault Falcon 900EX, da força aérea boliviana, portanto, um avião do Estado boliviano. Ver: FISHER, 2013.

⁸⁰ O avião é de pequeno porte e não tem autonomia energética para viagens muito longas.

⁸¹ ROBERTS, 2013.

⁸² THE GUARDIAN, 2013b.

⁸³ Essa situação reportada pelos noticiários também foi mencionada pela presidente argentina Cristina Kirchner em seu *Twitter* pessoal @CFKArgentina no dia 2 de julho de 2013. Segundo ela, durante uma chamada telefônica com o presidente da Bolívia, Evo havia mencionado a tentativa de inspeção de seu avião e a sua negativa em permitir: "Y no voy a permitir que revisen mi avión. No soy un ladrón". Ver ANEXO 3

⁸⁴ A inspeção foi considerada pela Bolívia como uma violação do Direito Internacional. Ver: GRUBER; FARGE, 2013.

⁸⁵ REUTERS, 2013.

inspeção foi necessária para certificar a identidade dos passageiros e que Evo Morales a aceitou voluntariamente.

Após a reconsideração dos países europeus envolvidos nesse impasse diplomático, diante da confirmação de que Snowden não estava a bordo, o avião presidencial boliviano teve seu plano de voo de regresso à Bolívia autorizado. Morales saiu da Áustria⁸⁶ e pousou⁸⁷ no aeroporto de Las Palmas de Gran Canaria, nas Ilhas Canárias, território espanhol, e na cidade de Fortaleza⁸⁸, no Brasil, para paradas de caráter técnico, chegando à cidade de El Alto, próxima de La Paz, às 0h40, horário de Brasília, do dia 4 de julho de 2013⁸⁹.

O comportamento inamistoso dos países europeus foi associado a uma articulação dos EUA, uma vez que Snowden representa uma peça estratégica para a salvaguarda da defesa nacional estadunidense, em função das informações obtidas pelo delator, como abordado na seção anterior deste artigo. A justificativa dada pelos países europeus embargantes foi a de que o ex agente da CIA, acusado de espionagem e de traição à pátria pelos EUA, estava em Moscou, na área de trânsito do Aeroporto Internacional Sheremetievo, e estaria sendo levado à América do Sul para obter asilo político no Equador, por intermédio de Evo Morales, que coincidentemente passou pelo mesmo aeroporto. Vale ressaltar que todos os países europeus envolvidos fazem parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cuja liderança é exercida pelos EUA.

Os países latino-americanos consideraram o bloqueio europeu como uma manipulação imperialista do governo estadunidense contra a Bolívia e, por consequência, contra a unidade latino-americana^{90 91}. A reação dos chefes de Estado latino-americanos foi semelhante, no sentido de pedir explicações aos países europeus. A reação institucional regional mais rápida foi feita via Unasul. Na tarde do dia 4 de julho, foi realizada uma reunião extraordinária, a pedido de Rafael Correa, presidente do Equador, na cidade de Cochabamba, na Bolívia, para produzir um ato de desagravo em favor de Evo Morales. A reunião teve como documento substancial a Declaração de Cochabamba⁹², pedindo retratação pública dos países europeus pelo comportamento, denominado de hostil e de colonialista.

⁸⁶ WATTS; ROBERTS, 2013.

⁸⁷ TELESUR, 2013a.

⁸⁸ TELESUR, 2013b.

⁸⁹ ABC, 2013.

⁹⁰ TELESUR, 2013h.

⁹¹ KINZER, 2013.

⁹² UNASUL, 2013.

A Declaração de Cochabamba foi elaborada pelos presidentes⁹³ da Argentina, Cristina Kirchner; do Uruguai, José Mujica; da Venezuela, Nicolás Maduro; do Equador, Rafael Correa; do Suriname, Desiré Bouterse; e por outros representantes diplomáticos. No texto, em cláusulas preambulares e operativas, a Unasul defende que houve violação de tratados internacionais que regem a convivência pacífica. O impedimento de deslocamento de Evo Morales e de sua comitiva diplomática foi classificado como um ato hostil, ilegal e estranho, com um perfil neocolonialista. De acordo com a Declaração de Cochabamba (2013), o bloqueio aéreo não causou constrangimento somente para a Bolívia, mas para todas as nações integrantes da América Latina⁹⁴, abrindo um perigoso precedente para o Direito Internacional. Foi dito que Evo tornou-se praticamente um refém, uma vez que sua liberdade foi temporariamente privada. Dessa forma, foi feita a exigência de que os governos da Espanha, França, Itália e Portugal expliquem suas razões para o impedimento de trânsito do avião presidencial e façam pedidos públicos de desculpa. Também foram mencionadas as atividades de espionagem dos EUA como atentados aos direitos dos cidadãos e à convivência entre os Estados.

Outras organizações regionais também se manifestaram posteriormente. A OEA elaborou no dia 9 de julho de 2013, durante sessão do Conselho Permanente, a Resolução⁹⁵ 1017, em solidariedade ao presidente Evo Morales, condenando o bloqueio aéreo como violação de normas e de princípios básicos do Direito Internacional, como a inviolabilidade dos Chefes de Estado, e exigindo desculpas por partes dos países europeus envolvidos. Já o Mercado Comum do Sul (Mercosul), durante a 45ª Cúpula, que aconteceu no dia 12 de julho de 2013, elaborou uma declaração⁹⁶ que protesta contra o bloqueio. Outras organizações regionais, também foram órgãos consultivos sobre esse impasse diplomático, a exemplo da Associação Latino Americana de Integração (Aladi)⁹⁷, da Alba e da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac)⁹⁸.

Diplomaticamente, além das manifestações em organizações internacionais, Evo Morales ameaçou retirar a embaixada dos EUA, na Bolívia⁹⁹. Os países europeus, envolvidos no impedimento de sobrevoos do avião presidencial boliviano, depois das demandas dos

⁹³ Os presidentes de Peru, Colômbia, Chile e Brasil, que não puderam participar desta cúpula extraordinária da Unasul na Bolívia, também manifestaram, posteriormente, sua condenação ao agravo sofrido por Evo Morales na Europa.

⁹⁴ No texto, é evocado a ideia de Pátria Grande, reforçando a unidade latino americana.

⁹⁵ OEA, 2013.

⁹⁶ MERCOSUL, 2013.

⁹⁷ TELESUR, 2013c.

⁹⁸ TELESUR, 2013j.

⁹⁹ THE GUARDIAN. 2013a.

chefes de Estado e de Governo de diversos países, pediram desculpas¹⁰⁰. Evo Morales as aceitou¹⁰¹, alegando que havia superado o conflito diplomático com os países europeus envolvidos, principalmente com a Espanha¹⁰². Dessa forma, o presidente¹⁰³ optou por não se referir a nenhum país em específico, mas ao incidente sofrido por ele.

Esse impasse diplomático envolvendo Evo Morales tornou-se pauta de discussões políticas nas organizações e foros¹⁰⁴ internacionais. Os países integrantes da Unasul demonstraram publicamente seu rechaço ao bloqueio e ao comportamento dos países europeus. A rápida articulação da organização possui confluência com o contexto histórico e político em que está inserida, principalmente com a emergência de governos progressistas, na região, através de uma revisão crítica às propostas neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem como principal objetivo fortalecer a discussão sobre as alternativas de integração regional da Unasul, em confluência com as premissas do regionalismo pós-neoliberal. Foi utilizada, como referencial teórico, a abordagem do regionalismo pós-neoliberal, inserida na subárea de Processos de Integração Regional.

O artigo foi dividido em quatro seções que buscaram construir um panorama de discussão política sobre os rumos dessa alternativa de integração da América do Sul. Para atingir essa perspectiva discursiva foi feita uma abordagem sobre o impasse diplomático causado pelo bloqueio do espaço aéreo europeu, praticado por Espanha, França, Itália e Portugal, ao avião presidencial de Evo Morales, em julho de 2013. O caso está inserido em um contexto internacional de denúncias de espionagem praticas do governo estadunidense a civis, dentro e fora dos EUA.

A conseqüente perseguição ao delator Edward Snowden se relacionou à Evo Morales, a partir do momento em que Washington indicou a passagem do presidente boliviano pelo Aeroporto Internacional Sheremetievo, em Moscou, na Rússia, como o possível trajeto de fuga de Snowden, gerando a suspeita de que Snowden estaria a bordo do avião boliviano. Essa conjectura incitou o bloqueio do espaço aéreo europeu, com o objetivo

¹⁰⁰ TELESUR, 2013d; TELESUR. 2013e; TELESUR, 2013f.

¹⁰¹ TELESUR, 2013g.

¹⁰² TELESUR, 2013i.

¹⁰³ Evo Morales, em setembro de 2013, fez viagem oficial à Espanha, para uma reunião com o primeiro ministro, Mariano Rajoy, e à Itália, para visitar o Papa Francisco.

¹⁰⁴ A exemplo da *Cumbre Antiimperialista* em 31 de julho de 2013. Organizada por cinco entidades sociais da Bolívia, aconteceu em Cochabamba e a estimativa é de que participaram 200 mil pessoas. Ver: MIRANDA, 2013.

de capturar Edward Snowden, o que provocou constrangimento diplomático a um presidente democraticamente eleito que teve sua imunidade diplomática violada. A espionagem dos EUA, delatada por Edward Snowden, é a raiz do impasse diplomático, envolvendo Evo Morales, como sugere Lamrani (2013). Ficou clara a intromissão dos EUA e a colaboração dos países europeus, por isso as discussões sobre imperialismo e sobre neocolonialismo foram revitalizadas.

Em reação ao comportamento inamistoso dos referidos países europeus, os Estados da América do Sul se articularam politicamente em bloco através da Unasul, evocando as premissas do regionalismo pós-neoliberal, em um posicionamento de autonomia.

Desse quadro apresentado, cabe considerar algumas perspectivas pra incitar as discussões políticas sobre o constrangimento causado a Evo Morales. O WikiLeaks e Snowden tornaram público o mais extenso arquivo diplomático e militar, fortalecendo os ideais do *hacktivismo*, no âmbito da tecnologia da informação. Foi a partir desses vazamentos que se ampliou o debate público sobre o acesso a materiais de importância histórica e sobre o direito de acesso à informação. Diante desse ambiente de denúncias de espionagem, cabe destacar que a União Europeia foi vítima de espionagem dos EUA, mas houve fidelidade política dos países europeus aos EUA, mesmo quando eles os violaram por meio da espionagem. Os países vitimados, ao invés de protegerem o denunciante Edward Snowden, trabalharam para capturá-lo. Essa interpretação é semanticamente percebida no momento em que Espanha, França, Itália e Portugal decidem acatar as conjecturas estadunidenses e bloqueiam seus espaços aéreos ao avião que transportava um chefe de Estado, democraticamente eleito e detentor de imunidade diplomática. Não houve uma investigação contundente, era apenas uma especulação de que Edward Snowden seria um dos passageiros do avião boliviano e que foi comprovada como falsa. Dessa forma, o comportamento de Espanha, França, Itália e Portugal, que vale ressaltar são integrantes da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), pode ser considerado como acrítico e não independente.

Em contraposição ao comportamento dos países europeus, os países da América do Sul se organizaram em bloco e ativaram o sistema político regional da Unasul. Cabe destacar que a Unasul foi a organização que mais rapidamente se articulou através de uma reunião extraordinária, convocada por Rafael Correa, na cidade de Cochabamba, na Bolívia, em apenas dois dias após o incidente. Os presidentes regionais organizaram suas agendas políticas pra pessoalmente produzir a Declaração de Cochabamba (2013) de repúdio ao comportamento europeu. A OEA poderia ter sido a primeira organização a ser ativada pela região, em função da sua multilateralidade e de seu sistema interamericano de direitos, mas

em função da presença dos EUA e dos presságios imperialistas e neocoloniais, os presidentes da América do Sul optaram pela instituição fora do escopo dos EUA. Dessa forma, é possível perceber que a Unasul tem sido a promessa de autonomia regional, de caráter pós-hegemônicas, pós-comercial e pós-neoliberal, como denomina Serbin (2012). Além disso, a Unasul tem demonstrado grande potencial na gestão de crises, como sugere Sanahuja (2012, p.52)

O ciclo do regionalismo pós-neoliberal é uma forma de resistência à hegemonia dos EUA na América Latina, fundamentando discussões sobre novas alternativas de integração regional. Cabe também destacar a importância da emergência de governos progressistas pra construção desse processo. Dessa forma, é possível inferir que a aposta em alternativas de integração regional foi fortalecida em função da convergência ideológica com os países da região (PEDROSO, 2013, p. 333).

Outro aspecto que cabe destaque é a ausência brasileira na reunião extraordinária da Unasul, no dia 4 de julho de 2013. A Unasul foi criada a partir de um desenho institucional do Itamaraty, como argumenta Sanahuja (2012, p.34). Dessa forma o Brasil apresenta-se como o principal promotor da Unasul, o que demanda uma ação de engajamento. Porém, é preciso considerar que:

Como líder regional, Brasil mantiene una relación ambivalente con UNASUR. En ocasiones pareciera reconocer que asumir un rol de líder regional –y asumir los costos políticos y económicos de este liderazgo- es un pre-requisito para convertirse en un líder internacional y en otras, el país actúa como un actor internacional único, sin representar (formal e informalmente) a UNASUR y sus socios (SANAHUJA, 2012, p.42).

A ausência de Dilma Rousseff, em uma reunião marcada pela presença de presidentes da região, pode ser semanticamente interpretada pela diluição da premissa progressista durante a sua gestão e pela crise de pertencimento do Brasil à história do nacionalismo da América Latina, como versa Pinto (2010). Além dessa perspectiva, cabe destacar a influência estadunidense no delineamento política externa brasileira¹⁰⁵, ao longo da sua construção.

Mesmo com a ausência brasileira, a Unasul está redefinindo os espaços de diálogo e o próprio conceito de regionalismo, em uma direção muito além da perspectiva econômica, que sim existe através do neoliberalismo, que corre em paralelo à perspectiva pós-neoliberal, através de um processo endógeno de convergência entre a CAN e o Mercosul, mas que abre debate para novas temáticas, que buscam a construção de uma vontade política

¹⁰⁵ ALTEMANI, 2005.

fidedignamente regional de rompimento com as relações de dominação e de subserviência (SANAHUJA, 2012, p. 17-70).

O regionalismo pós-neoliberal é um processo que está em curso e, diante de sua importância, merece a observação atenta do universo acadêmico. Dessa forma, este artigo procurou incitar as discussões e contribuir para um debate sobre os novos arranjos políticos da América Latina.

RESUMEN

En este trabajo se aborda el impasse diplomático provocado por el bloqueo del espacio aéreo europeo, practicado por Francia, Italia, Portugal y España, al avión presidencial de Evo Morales, en julio de 2013, a petición de Washington. La discusión se encuentra en el contexto de quejas por el espionaje del gobierno de estadounidense y de la persecución del denunciante Edward Snowden, un ex agente de la Agencia Central de Inteligencia (CIA) de los Estados Unidos, acusado de traición y de ayuda al enemigo. La investigación exploratoria se realizó cualitativamente, con la base documental y con revisión de la literatura. Los países latinoamericanos condenaron la acción contra Evo Morales, en una actitud de autonomía a través de la rápida vía articulación de la Unión de las Naciones Suramericanas (UNASUR), una institución fuera del ámbito político de los EE.UU., mientras que los países europeos involucrados en el incidente, miembros de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) no actuó de forma independiente, valorizando la relación histórica de apoyo político a los EE.UU., al aceptar las conjeturas establecidas por la Casa Blanca. Este incidente fue sintomático y contribuyó para el pensamiento acerca de la obtención de la autonomía de América Latina, fortaleciendo la discusión sobre la integración regional alternativa, que confluye con las premisas del regionalismo post-neoliberal y con la emergencia de fuerzas políticas y sociales progresistas que buscan la revaloración del Estado.

PALABRAS CLAVE: Espionaje. América Latina. UNASUR. Regionalismo post-neoliberal.

REFERÊNCIAS

ABC. Evo Morales llega a Bolivia en medio de una grave crisis diplomática entre Europa y Latinoamérica. La Paz, 4 jul. 2013. Disponível em:

<<http://www.abc.es/internacional/20130704/abci-morales-bolivia-201307040603.html>>.

Acesso em: 17 jan. 2014.

ALBA-TCP. **ALBA-TCP Agreement**. Havana, 29 abr. 2006. Disponível em

<<http://www.alba-tcp.org/en/contenido/alba-tcp-agreement-0>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Integração Regional: uma introdução**. São Paulo, Saraiva. 2013.

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

ALTMANN, Josette. **Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?**. ARI, N° 17/2008, 08 de fevereiro de 2008. Disponível

em: <[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/78a360004f0198a9884bec3170baead1/ARI17-](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/78a360004f0198a9884bec3170baead1/ARI17-2008_Altmann_ALBA.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=78a360004f0198a9884bec3170baead1)

[2008_Altmann_ALBA.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=78a360004f0198a9884bec3170baead1](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/78a360004f0198a9884bec3170baead1/ARI17-2008_Altmann_ALBA.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=78a360004f0198a9884bec3170baead1)>. Acesso em: 20 ago. 2013.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: construção da hegemonia**. São Paulo, Editora Unesp, 2002.

AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BALL, James. NSA monitored calls of 35 world leaders after US official handed over contacts. **The Guardian**, 25 out. 2013. Disponível em:

<<http://www.theguardian.com/world/2013/oct/24/nsa-surveillance-world-leaders-calls>>.

Acesso em: 9 jan. 2014.

BID. Quem ganhou a guerra da água?. Disponível em:

<<http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3539>>. Acesso: 8 jan. 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOLÍVIA. **Constitución política del Estado de Plurinacional de Bolivia**. 2009. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/documentos/publicaciones/constitucion.pdf>>. Acesso: 8 fev.2014

BOLÍVIA-MRE. **Presidente Morales en Rusia aboga por la defensa de los recursos naturales y pide apoyo tecnológico en foro de gas**. Moscú, Rusia, 1 jul. 2013a. Disponível em: <http://www.rree.gob.bo/webmre/notasprensa/2013/2013_julio/np02.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BOLÍVIA-MRE. **Bolivia denuncia “inexplicable” cancelación de plan de vuelo que puso en riesgo la vida del presidente Morales.** La Paz, 2 jul. 2013b. Disponível em: <http://www.rree.gob.bo/webmre/notasprensa/2013/2013_julio/np03.htm>. Acesso em: 29 nov. 2013.

BORGER, Julian. Edward Snowden's choice of Hong Kong as haven is a high-stakes gamble. **The Guardian**, 9 jun. 2013. Disponível: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-hong-kong-gamble>>. Acesso em: 9 jan. 2014.

BUZAN, Barry. **As Implicações do 11 de Setembro para o Estudo das Relações Internacionais.** Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 24, nº 2, julho/dezembro 2002, pp. 233-265. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Buzan_vol24n2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais:** lições da invasão do Iraque em 2003. Curitiba: Juruá, 2012.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise 1919-1939:** uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. 2ª Edição. Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais: 2001.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. **Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais?** Uma narrativa teórica. Contexto Internacional (PUC). Rio de Janeiro, vol. 34, nº1, janeiro/junho 2012, p. 43-77.

CASTELLS, Manuel. **Fim do milênio.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de inteligência:** agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2001. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Servi%C3%83%C2%A7os%20de%20Intelig%C3%83%C2%A7ancia.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

CÉSAIRE, Aimé. **Une tempete.** Points French, 1997.

CHAVES, Daniel Santiago. **Autonomias:** Bolívia no tempo presente. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2010.

CHEYRE, Juan Emilio. **Unasur: ¿Germen autodestructivo?** La tercera, 11 ago. 2009. Disponível em: <http://www.latercera.com/contenido/895_167211_9.shtml>. Acesso em: 26 ago. 2013.

COLOMBO, Sandra; FRECHERO, J. Ignacio. **Yes We Can? A Política Externa de Obama para a América Latina:** Da Decepção à Autonomização da Região. Revista Contexto Internacional: Rio de Janeiro, vol. 34, Nº1, janeiro/junho 2012, p. 189-222. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/6artigo.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

COX, Robert. Gramsci, Hegemony and International Relations: an essay in method. In: GILL, Stephen (ed.). **Gramsci, historical materialism and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

COX, Robert. Social Forces, States and World Order: beyond international relations theory. In: _____. *Approaches to World Order*. Cambridge: University Press, 1996.

CSA (Confederación Sindical de Trabajadores de las Américas). **UNASUR: el Proceso de Integración Suramericano: Elementos para una estrategia sindical**. Porto Alegre/João Pessoa, 2010. Disponível em: <http://www.justice.gov/archive/ll/what_is_the_patriot_act.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2014.

DOMINGOS, José Antônio; COUTO, Sérgio Pereira. **Wikileaks: segredos, informação e poder**. São Paulo: Idea Editora, 2011.

DOMSCHEIT-BERG, Daniel. **Os bastidores do WikiLeaks: a história do site mais controverso dos últimos tempos escrita pelo seu ex-porta-voz**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DUPAS, Gilberto. OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. A União Sul-Americana de Nações: oportunidades econômicas e entraves políticos. In: AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ENTOUS, Adam; GORMAN, Siobhan. Phone Records Collected Were Handed Over to Americans to Help Protect Allied Troops in War Zones. **The Wall Street Journal**, 29. out. 2013. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702304200804579165653105860502?tsla=y&cb=logged0.3308144479524344>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

EUA. **The USA PATRIOT Act: Preserving Life and Liberty**. Departamento de Justiça, 26 out. 2001.

FAWCETT, Louise. Regional Institutions. In: Williams, Paul D. (Org.). **Security Studies: an introduction**, London/New York: Routledge, 2008, p. 307-324.

FERRES JR., João. **Latin America como Conceito: A constituição de um outro americano**. Revista Teoria e Sociedade. Nº 11.2, 2003, p. 18-41. Disponível em: <http://www.academia.edu/3620019/Latin_America_como_conceito_A_constituicao_de_um_outro_americano>. Acesso em: 8 ago. 2013.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FISHER, Max. Evo Morales's controversial flight over Europe, minute by heavily disputed minute. **The Washington Post**, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2013/07/03/evo-morales-controversial-flight-over-europe-minute-by-heavily-disputed-minute/>>. Acesso em: 16 jan.2014.

G1. Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA. 2 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2014.

GALEANO, Eduardo. **Veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&M, 2012.

GECF. Lista de eventos oficiais da Gas Exporting Countries Forum. Disponível em: <<http://www.gecf.org/pressroom/eventspublic>>. Acesso em: 16 jan.2014.

GECF. Site oficial da Gas Exporting Countries Forum. Disponível em: <<http://www.gecf.org/home>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

GIL, Aldo Duran. Bolívia e Equador no contexto atual. p. 39-82. In: AYERBE, Luis Fernando. **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GILBOA, Eytan. **Global Communication and Foreign Policy**. Journal of Communication. 1 de dezembro de 2002; 52, 4; ABI/INFORM Global. p. 731-748. Disponível em: <<http://www.asc.upenn.edu/usr/ogandy/c734%20resources/Gilboa-GlobalCommunicationandForeignPolicy.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

GREENWALD, Glenn. Bradley Manning: a tale of liberty lost in America. **The Guardian**, 30 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/nov/30/bradley-manning-liberty-lost-america>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

GREENWALD, Glenn. Edward Snowden's worst fear has not been realised – thankfully. **The Guardian**, 14 jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jun/14/edward-snowden-worst-fear-not-realised>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

GREENWALD, Glenn. XKeyscore: NSA tool collects 'nearly everything a user does on the internet'. **The Guardian**, 31 jul. 2013b. Disponível em : <<http://www.theguardian.com/world/2013/jul/31/nsa-top-secret-program-online-data>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

GREENWALD, Glenn; MACASKILL, Ewen. NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. **The Guardian**, 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

GREENWALD, Glenn; MACASKILL, Ewen; POITRAS, Laura. Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations. **The Guardian**, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/09/edward-snowden-nsa-whistleblower-surveillance>>. Acesso em: 16 jan.2014.

GRUBER, Angelika; FARGE, Emma. Avião do presidente boliviano decola de aeroporto na Áustria após inspeção. **Reuters**, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE96200J20130703>>. Acesso em: 11 set. 2013.

GUTTERMAN, Steve. Russian lawyer says Snowden to start website job. **Reuters**, 31 out. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/10/31/us-usa-security-snowden-russia-idUSBRE99U0F720131031>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro. Editora Civilização brasileira, 2004.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KALDOR, Mary. **New & Old Wars: organized violence in a global era**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KANT, Immanuel. **A Paz Perpétua**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2014.

KASSOP, Nancy. **The war power and its limits**. *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 3, The Permanent War (Sep., 2003), p. 509-529. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27552511>>. Acesso em: 16 out.2013.

KEOHANNE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Nova Iorque: Editora Longman, 2001.

KINZER, Stephen. Latin America sees US diverting Morales' plane as Yankee imperialism. **The Guardian**, 5 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jul/05/latin-america-us-morales-imperialism>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

LAFER, Celso. **Vazamentos, sigilo e diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks**. *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra. Vol. 19. Nº4. Março/Abril/Maio/2011, p.11-17.

LAMRANI, Salim. 25 verdades sobre o caso Evo Morales/Edward Snowden. **Opera Mundi**, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/29791/25+verdades+sobre+o+caso+evo+moralessnowden.shtml>>. Acesso em: 4 jan.2014.

LIMA, Marcos Costa. Teoria Crítica e Relações Internacionais. In: MEDEIROS; Marcelo de Almeida; et al. (Org.). **Clássicos das Relações Internacionais**. Editora Hucitec: São Paulo, 2010.

MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina: globalização, democracia e identidade.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

MENDES, Flávio Pedroso. **Clausewitz, o Realismo Estrutural e a Paz Democrática: uma Abordagem Crítica.** Contexto Internacional (PUC). Rio de Janeiro, vol. 34, nº1, janeiro/junho 2012, p. 79-111.

MERCOSUL. **Decisão dos Estados Partes do Mercosul de respaldo ao presidente Evo Morales.** Montevideu, 12 jul. 2013. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/5615/1/declarac%E3o_de_respaldo_ao_president_e_morales_pt.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.

MINGST, Karen. **Princípios de Relações Internacionais.** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

MIRANDA, Héctor. Comienza en Cochabamba, Bolivia, Cumbre Antiimperialista. **Telesur**, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/31/comienza-en-cochabamba-bolivia-cumbre-antiimperialista-1635.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais.** São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, Joseph. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** Cambridge: Perseus Books Group, 2004.

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder.** São Paulo: Benvirá, 2012.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

OEA. **Solidariedade dos Estados Membros da OEA com o presidente do estado plurinacional da Bolívia, Evo Morales Ayma, e o povo boliviano.** Resolução 1017 do Conselho Permanente da OEA, 9 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/resoluciones/res1017.asp>>. Acesso em: 16 jan.2014.

ONEAL, John; RUSSETT, Bruce. **Triangulating peace: democracy, interdependence and international organizations.** Nova Iorque: W.W. Norton, 2001.

ONUKEI, Janine; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. **Eleições, Política Externa e Integração Regional.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 27, p. 145-155. São Paulo, 2006.

OWEN, Paul. Edward Snowden not safe in Hong Kong, warns human rights chief. **The Guardian**, 11 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jun/11/edward-snowden-not-safe-hong-kong>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

PDVSA. **Proyecto y empresa grannacional en el marco del ALBA.** Disponível em: <http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/biblioteca/readdoc.tpl.html&newsid_obj_id=5422&newsid_temas=111>. Acesso em: 11 set. 2013.

PEDROSO, Carolina Silva. **O Brasil de Lula da Silva: entre o regional e o global. O Caso da UNASUL.** Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol.2, nº3, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2388>>. Acesso em: 26 jan.2014.

PINTO, Céli Regina. Globalização vis-a-vis. A História do nacionalismo na América Latina: o caso do Brasil. In: CARVALHO, Edemir de. (Org.). **Perspectivas da globalização.** São Paulo: LCTE, 2010, p 15 - 60.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe:** dos processos de interdependência até os dias atuais. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Aporia e Trauma na Crise de Significados do Onze de Setembro.** Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 32, Nº1, janeiro/junho 2010, p. 205-238. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v32n1a07.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

REUTERS. Only Bolivians aboard Morales plane in Vienna: Austria. Viena, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/07/03/us-usa-security-snowden-plane-idUSBRE9620A520130703>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

RICUPERO, Rubens. **O mundo após o 11 de setembro: a perda da inocência.** Revista Tempo Social. Vol.15 no.2 São Paulo Nov. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200002>>. Acesso em: 28 nov. 2013.

RIGGIROZZI, Pía. Re-territorializando consensos: Hacia un regionalismo post-hegemónico en América Latina. p. 129-152. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012.** Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ROBERTS, Dan. Bolivian president's jet rerouted amid suspicions Edward Snowden on board. **The Guardian**, 3 Jul. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/edward-snowden-bolivia-plane-vienna>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho. **O Sistema Político dos EUA: Implicações para suas Políticas Externas e de Defesa.** Revista Contexto internacional. Vol. 28, Nº 1, janeiro/junho 2006, pp. 53-100. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Antonio_vol28n1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

RODRIGUES, Pedro Luiz. **Westphalia x WikiLeaks:** um nó a ser desatado. Revista Política Externa. Vol. 19. Nº4. Março/Abril/ Maio de 2011, p.31-38. Editora Paz e Terra, 2011.

SANAHUJA, José Antonio. Del regionalismo abierto al regionalismo post-liberal: crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: AFONSO, Laneydi; PEÑA, Lázaro; VASQUEZ, Mariana (Org.). **Anuario de la integración regional de América Latina y el**

Gran Caribe. Nº 7, 2008. Disponível em:

<<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. p. 19-72. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.iecei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SERBIN, Andrés. **A América do Sul em um mundo multipolar. A Unasul é a alternativa?**. Nueva Sociedad, 2009. Disponível em:

<http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-1_1.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SERBIN, Andrés (Org.). **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012**. Buenos Aires: Cries (Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales), 2012. Disponível em: <<http://www.iecei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/10/2012-Anuario-CRIES-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

SIMÕES, Maria Carolina Vargas. **Imunidades e privilégios diplomáticos dos chefes de Estado**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1132>. Acesso em: set 2013.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A geografia dos movimentos sociais na América Latina. In: CARVALHO, Edemir de. (Org.). **Perspectivas da globalização**. São Paulo: LCTE, 2010, p. 221 - 232.

SNOWDEN, Edward Joseph. **Statement from Edward Snowden in Moscow**. WikiLeaks , 1 jul. 2013. Disponível em: <<http://wikileaks.org/Statement-from-Edward-Snowden-in.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

SORENSEN, Theodore. **Watergate and American Foreign Policy**. The World Today. Vol. 30. Nº 12. Dezembro de 1974. p. 497-503. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/40394749>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade, algumas reflexões da história**. PRACS (Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP), Nº 4, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/364/n4Ailton.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2013.

SOUZA, Leonardo; GOMIDE, Raphael. Espiões da era digital: Documento secreto revela como os Estados Unidos espionaram ao menos oito países – entre eles o Brasil – para aprovar sanções contra o Irã. **Revista Época**, 27 jul. 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/bespioesb-da-era-digital.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

SPEKTOR, Matias. **WikiLeaks nas Relações Internacionais**. Revista Política Externa. Vol. 19. Nº4. Março/Abril/ Maio de 2011, p.19-30. Editora Paz e Terra, 2011.

TEIXEIRA JR, Augusto W. M. O Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul: criação institucional e cultura estratégica. In: Marcos Aurélio Guedes de Oliveira. (Org.). **Comparando a Defesa Sul-Americana**. 01ed. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011, v. 1, p. 127-147.

TEIXEIRA JR, Augusto W. M. **Regionalismo y seguridad sudamericana: ¿son relevantes el Mercosur y la Unasur?**. 2010. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.org/iconos/images/pdfs/Iconos38/5Dossier-Regionalismo-seguridad.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

TELESUR. Avión del presidente de Bolivia llega al aeropuerto de Las Palmas de Gran Canaria. 3 jul. 2013a. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/03/avion-del-presidente-de-bolivia-llega-al-aeropuerto-de-las-palmas-de-gran-canaria-9395.html>>. Acesso em: 16 jan.2014.

TELESUR. Avión presidencial de Evo Morales llegó a territorio brasileño. 3 jul. 2013b. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/03/avion-presidencial-de-evo-morales-llega-a-territorio-brasileno-8674.html>>. Acesso em: 16 jan.2014.

TELESUR. Aladi rechaza humillación sufrida por presidente boliviano Evo Morales. 11 jul.2013c. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/11/aladi-rechaza-humillacion-sufrida-por-presidente-boliviano-evo-morales-3712.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. España se disculpa con Bolivia por incidente con avión de Evo Morales. 15 jul. 2013d. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/15/espana-envio-disculpas-oficiales-sobre-incidente-con-vuelo-de-evo-morales-9596.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. Portugal pide disculpas a Bolivia por no dejar aterrizar avión presidencial. 19 jul.2013e. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/19/portugal-pide-disculpas-a-bolivia-por-no-dejar-aterrizar-avion-presidencial-2370.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. Hollande se disculpó con Evo Morales por incidente con avión presidencial. 21 jul. 2013f. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/21/presidente-frances-se-disculpo-con-evo-morales-por-accionar-de-su-nacion-durante-impase-aereo-2761.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. Presidente de Bolivia aceptó disculpas de países europeos. 24 jul. 2013g. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/24/morales-acepto-disculpas-de-paises-europeos-tras-incidente-con-avion-presidencial-5086.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. Presidentes latinoamericanos defenderán su derecho ante cualquier agresión. 29 jul. 2013h. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/07/29/presidentes-latinoamericanos-defenderan-su-derecho-ante-cualquier-agresion-278.html>>. Acesso em: 17 jan.2014.

TELESUR. Evo Morales asegura que Bolivia superó conflicto diplomático con España. 3 set.2013i. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/03/rajoy-se-niega-a-dar-una-rueda-de-prensa-conjunta-con-evo-morales-1240.html>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

TELESUR. ALBA y CELAC deben tomar medidas por agresión de EE.UU. contra Venezuela.19 set. 2013j. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/19/morales-exige-al-alba-y-celac-tomar-medidas-por-agresion-de-ee.uu-contra-venezuela-1002.html>>. Acesso: 17 jan. 2014.

THE GUARDIAN. Evo Morales threatens to close US embassy in Bolivia as leaders weigh in. Cochabamba, Bolivia, 5 jul. 2013a. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jul/05/bolivia-morales-close-us-embassy>>. Acesso em: 13 jan. 2014

THE GUARDIAN. European states were told Snowden was on Morales plane, says Spain. 5 jul. 2013b. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jul/05/european-states-snowden-morales-plane-nsa>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

THE GUARDIAN. Glenn Greenwald's partner detained at Heathrow airport for nine hours. 19 ago. 2013c. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/18/glenn-greenwald-guardian-partner-detained-heathrow>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

THE WASHINGTON POST. NSA slides explain the PRISM data-collection program. 6 jun. 2013. Disponível em:<<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/special/politics/prism-collection-documents/>>. Acesso em: 16 jan.2014.

UK. **Terrorism Act**. 21 set. 2000. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/2000/11/pdfs/ukpga_20000011_en.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2014.

UNASUL. **Declaração de Cochabamba**. Cochabamba, 4 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.unasur.org/inicio/centro-de-noticias/archivo-de-noticias/declaraci%C3%B3n-de-la-unasur-frente-al-agravio-sufrido-por-el-presidente-evo-morales>>. Acesso em: 10 set. 2013.

- UNASUL. **Tratado Constitutivo**. 2008. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/cb/f2/cbf2f9520ad902831b19a51f5b886959/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf>>. Acesso em: 26 ago.2013.
- UNASUL. **Declaración del Cusco sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones III Cumbre Presidencial Sudamericana**. Cusco, 8 dez. 2004. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/uploads/92/49/92492edfad3b9cf35387d22e39e5b9b1/Declaracion-del-Cusco-sobre-la-Comunidad-Suramericana-de-Naciones-2004.pdf>>. Acesso: 8 fev.2014.
- UNESCO. **One World, Many Voices: Towards a new more just and more efficient world information and communication order**. 1980. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/macbride-report.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2013.
- UNICRIO. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2013.
- WAACK, Wiliam. **WikiLeaks, jornalismo e diplomacia**. Revista Política Externa. São Paulo: Paz e Terra. v. 19. nº4. mar. 2011, p. 39-44.
- WATTS, Jonathan. David Miranda: 'They said I would be put in jail if I didn't co-operate'. **The Guardian**, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/19/david-miranda-interview-detention-heathrow>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2014.
- WATTS, Jonathan; ROBERTS, Dan. Bolivian president leaves Austria as diplomatic row erupts over diversion. **The Guardian**, 3 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/bolivian-president-evo-morales-austria-plane>>. Acesso em: 13 jan. 2014.
- WHITAKER, Beth Elise. **Exporting the Patriot Act? Democracy and the 'War on Terror' in the Third World**. Third World Quarterly, Vol. 28, No. 5 (2007), pp. 1017-1032. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20454977>>. Acesso em: 16 out. 2013.
- WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Ed. UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- WIKILEAKS. **What is Wikileaks?**. Disponível em: <<http://wikileaks.org/About.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.
- WIKILEAKS. **WikiLeaks Statement On Edward Snowden's Exit From Hong Kong**. 23 jun. 2013a. Disponível em: <<http://wikileaks.org/WikiLeaks-Statement-On-Edward,253.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.
- WIKILEAKS. **Transcript of WikiLeaks Press Conference on Edward Snowden's Exit From Hong Kong**. 26 jun. 2013b. Disponível em: <<http://wikileaks.org/Transcript-of-WikiLeaks-Press.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

WIKILEAKS. **Edward Snowden submits asylum applications**. 2 jul. 2013c. Disponível em: <<http://wikileaks.org/Edward-Snowden-submits-asylum.html>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

ZAKARIA, Fareed. **The Rise of Illiberal Democracy**. Foreign Affairs: 1997. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/53577/fareed-zakaria/the-rise-of-illiberal-democracy>>. Acesso em: 10 fev.2014

ANEXO 1

Mapa da rota de Edward Snowden

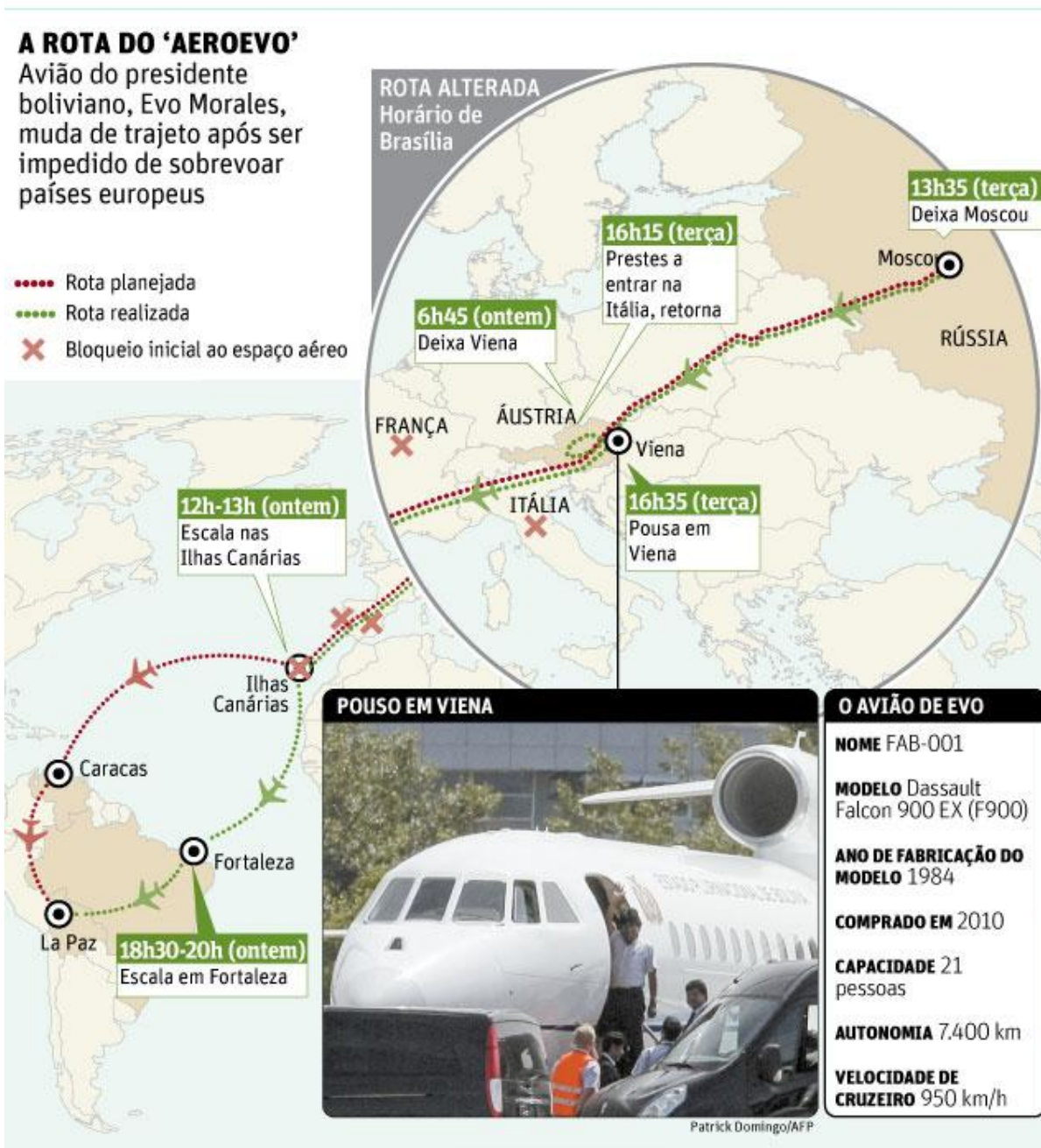
- 1) Antes de 9 de junho de 2013: Snowden deixa os EUA, provavelmente de Honolulu, onde trabalhava como contratado da NSA, com Booz Allen Hamilton.
- 2) 9 de junho de 2013: Snowden revela-se como a fonte dos documentos vazados da NSA.
- 3) Snowden chega ao aeroporto de Moscou.
- 4) A ser determinado: Snowden está solicitando asilo ao governo do Equador. Não há voos diretos de Moscou para o país sul-americano; logo, pode fazer escala em Havana ou Caracas ou em ambos.



Fonte: http://www.washingtonpost.com/world/national-security/the-flight-of-edward-snowden/2013/06/23/4d5f03c6-dc69-11e2-9218-bc2ac7cd44e2_graphic.html

ANEXO 2

Plano de voo de Evo Morales



Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/07/1306118-Unasul-se-reune-em-apoio-a-evo-por-bloqueio-de-aviao-na-europa.shtml>

ANEXO 3

Cristina Kirchner transcreveu fala de Evo Morales em diálogo ao telefone (2 jul. 2013): “ ‘Eu não vou permitir que revistem meu avião. Não sou um ladrão’. Simplesmente perfeito. Força Evo”.



Fonte: <https://twitter.com/CFKArgentina/status/352266437290754048>